

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

**ANA PAULA DA SILVA CAMPOS
TALITA TEIXEIRA DE PAIVA**

**GÊNERO E RAÇA: O RACISMO E AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL -
ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS.**

**JUIZ DE FORA - MG
2019**

ANA PAULA DA SILVA CAMPOS
TALITA TEIXEIRA DE PAIVA

**GÊNERO E RAÇA: O RACISMO E AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL -
ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
para obtenção do título de bacharel em Serviço
Social.

Orientador: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

JUIZ DE FORA - MG

2019



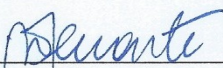
**ANA PAULA DA SILVA CAMPOS
TALITA TEIXEIRA DE PAIVA**

**GÊNERO E RAÇA: O RACISMO E AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL
– ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS**

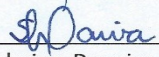
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Política de Ação do Serviço Social, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

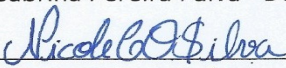
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em 27/11/2019, por banca composta pelos seguintes membros:



Prof. Marco José de Oliveira Duarte - Doutor – Orientador



Prof.ª Sabrina Pereira Paiva - Doutora



Nicole Cristina Oliveira Silva - Mestre

Nota: 100,0

Juiz de Fora
Novembro/2019

Dedico este trabalho ao meu pai Sebastião, em especial à minha mãe Maria Inês, por ser meu exemplo de mulher de força, garra e superação! Mãe, você não imagina o quanto és brilhante pra mim!

Aos meus filhos Brenda Vitória e Davi Gabriel, que diariamente são minha fonte de inspiração, e mesmo sendo tão jovens, me impulsionam a ser uma pessoa melhor a cada dia e a ir em busca de meus objetivos.

Ao meu esposo Eliel Campos, por ter sido tão companheiro, ajudador e compreensivo ao longo desses 4 anos, e por aturar meus altos e baixos nessa jornada acadêmica que foi bem desgastante, porém muito gratificante.

Por fim dedico esse trabalho de uma forma bastante carinhosa à minha amiga Talita Teixeira, no qual formamos uma bela dupla de novas escritoras. Você foi essencial na construção não somente deste trabalho, como de outros que fizemos ao longo da graduação e creio que ainda escreveremos muitas coisas juntas pela vida!

Guardem minha dedicatória em sinal da minha gratidão e do meu amor por vocês!
– Ana Paula

Dedico este trabalho aos meus pais, Carmen Regina e José Anatálio, por todo o esforço e renúncias para que eu e minha irmã pudéssemos ocupar e permanecer nesse espaço da forma mais tranquila possível. Sem vocês eu nunca poderia sonhar em um dia estar aqui. Mãe, obrigada por não desistir de mim.

À minha irmã, Karina, por dividir comigo a experiência da graduação bem como toda a dificuldade que vem com ela. Obrigada por, mesmo sendo a mais nova, conseguir me aconselhar para os melhores caminhos.

Às minhas amigas, Marina Cibalde e Isamaira Sinfrônio. Muito obrigada por me apoiarem, me animarem e me lembrarem do meu potencial. Vocês me ajudaram a ter coragem suficiente para trilhar o caminho que me trouxe até aqui.

À minha amiga Maila de Paula, por ter sido luz nesses quatro anos. Sem você eu não teria conhecido e aprendido tanto. Ao Max William, por sempre tentar me mostrar o lado positivo de cada obstáculo, por acreditar no meu sucesso e dividir esse momento comigo.

À Ana Paula Campos, por ser exemplo de força e mesmo em tempos difíceis, compartilhar e construir esse trabalho ao meu lado. O nosso futuro será grande! – Talita

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, portanto, ao nosso orientador Professor Doutor Marco José de Oliveira Duarte, por todo empenho em esclarecer nossas dúvidas, nos sugerir leituras, fazer as correções devidas e também por nos impulsionar a realizar um TCC de qualidade, buscando não somente a realização de uma boa pesquisa, mas também buscando agregar valor à nossa formação profissional, assim como pessoal, dentro do contexto do lugar da mulher negra em nossa sociedade. Durante esse ano de 2019, ao qual fomos orientadas por ele, nós aprendemos muito e fizemos grandes trocas, onde nós, que somos duas estudantes negras, pobres e moradoras periféricas, nos sentimos acolhidas e impulsionadas a seguir levantando a bandeira da igualdade em nossa sociedade.

Agradecemos imensamente à Professora Doutora Sabrina Pereira de Paiva, por ter aceitado de forma tão cordial e solícita, compor nossa banca de apresentação do projeto, por todas as críticas, orientações e contribuições feitas, que foram de grande valia para a construção desse Trabalho de Conclusão de Curso, que por ora se apresenta para defesa final, que para nós é um momento de excelência.

Aproveitamos o momento também, para agradecer de forma muito especial à disponibilidade da Professora Nicole de Oliveira Silva, escolhida para formar o conjunto de composição dessa banca, pois esse é um momento muito importante em nossas vidas, onde fechamos um ciclo para iniciarmos outros.

Não poderíamos deixar de agradecer também a todos as/os professoras/es que passaram por nossa graduação, afinal cada um/a deixou em nós alguma semente do seu conhecimento, e somos gratos por isso, afinal acreditamos na beleza da profissão de professor/a, que multiplica seus saberes em busca da construção de um mundo mais crítico e mais igualitário. Em especial ao Professor Mestre Leonardo Nogueira Alves, o qual nos incentivou a produção acadêmica, sendo esse incentivo a primeira centelha para que esse trabalho viesse a ser construído.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de agradecer a Laysa Cristina Duque, pela amizade e parceria ao longo desses quatro anos. Os caminhos

da Faculdade nos separaram das salas de aula onde compartilhamos diversos momentos juntas, mas o vínculo criado permanece e a cada dia mais se solidifica. Portanto, só nós três sabemos o quanto esse trio foi importante, pois em diversas vezes e em diversas adversidades ocorridas, sempre fomos o apoio uma das outras. Obrigada por tudo, desejamos a você muito sucesso profissional e pessoal.

Nosso maior agradecimento é a Deus, por nos proporcionar saúde e a oportunidade de irmos em busca dos nossos objetivos, independente das circunstâncias familiares e pessoais.

“Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?”

Sojourner Truth, 1851.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo realizar uma aproximação com o campo dos estudos de gênero e raça, visando aprofundar determinados conceitos que são constitutivos desse debate político, articulado a um processo de reflexão e criticidade fomentado pelo diálogo interseccional, com embasamento teórico, a partir da revisão de literatura partindo de autores importantes do referido campo que discutem a questão.

A escolha por analisar teoricamente esse tema, advém da necessidade de problematizar a particularidade da condição da mulher negra na sociedade brasileira, bem como contribuir para o debate na área do Serviço Social, onde o público alvo do trabalho profissional é, em sua maioria, as mulheres negras. Mulheres essas, em situação de pobreza, ou ainda, abaixo da linha da pobreza, devido, principalmente, ao lugar de subalternidade, vividas por elas, desde a gênese da formação social brasileira. Sendo assim, o fio condutor deste trabalho toma a perspectiva interseccional de gênero, raça e classe, enquanto marcadores das opressões cruzadas e convergentes, na área de Serviço Social, para melhor problematização e entendimento da reprodução das desigualdades sociais, raciais e de gênero na sociedade brasileira.

Palavras-chave: gênero; raça; mulheres negras.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A QUESTÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL	17
CAPÍTULO 2 - A MULHER NEGRA NO BRASIL: REALIDADE SOCIAL E RESISTÊNCIAS.....	34
CAPÍTULO 3 - MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E O EMPODERAMENTO NEGRO: PERSPECTIVAS ANTIRRACISTAS	46
3.1 Empoderamento Negro.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se apresenta não somente como requisito obrigatório do Curso de Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito fundamental para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela conclusão do referido curso, mas também como forma de maior aprofundamento ao estudo de raça e gênero. Este TCC, portanto, visa uma aproximação com o tema, articulado a um processo de reflexão e criticidade em fomentar o debate com embasamento teórico, revisando bibliograficamente autores que discutem a questão. É importante destacar que diversos autores foram revisados, porém nosso foco foi, em especial, analisar as produções e perspectivas teóricas das autoras negras.

Então, nós, reconhecidamente mulheres negras, sentimos a ausência desse debate no espaço da formação profissional e acadêmica e avaliamos que a problematização sobre o racismo, articulado à problematização de uma sociedade machista e patriarcal, devam ser presentes nos enfoques de uma Universidade Pública, que abarca uma grande diversidade de pessoas e seus marcadores sociais de diferença. Por outro lado, por nos encontrarmos no curso de Serviço Social, que possui uma formação generalista, torna esse debate ainda mais necessário.

Portanto, com empenho e dedicação, almejamos, com esse TCC, apresentar uma revisão de literatura que objetiva contemplar nossas inquietações e nossos questionamentos sobre o racismo existente no país, que se agrava ainda mais quando articulado ao machismo. A questão racial, assim como a igualdade de gênero, precisam ser temas existentes no debate acadêmico, por sua importância e necessidade. Entendemos que a situação da mulher negra no Brasil, particularmente, precisa ser discutida e cada vez mais enfrentada, para que assim haja uma maior visibilidade dessa parcela significativa e majoritária da população que é praticamente invisível pela sociedade.

A escolha por compreender e analisar teoricamente o racismo e as discriminações raciais e sexistas vivenciadas pelas mulheres negras no Brasil advém da necessidade de problematizar a particularidade da condição da mulher negra na sociedade brasileira, bem como contribuir para esse debate na área de

Serviço Social, tendo em vista que o público alvo do trabalho profissional é, em sua maioria, composto de mulheres negras. Mulheres essas em situação de pobreza, ou ainda, abaixo da linha da pobreza, devido, principalmente, ao lugar de subalternidade vivido por elas.

A motivação para essa pesquisa surgiu, particularmente, a partir da nossa própria experiência e existência como mulheres negras. O fato de nos colocarmos como mulheres negras já nos impulsionava a discutir sobre essa realidade enfrentada. As discriminações e as tentativas incessantes da sociedade em nos diminuir e nos calar são fatos recorrentemente vivenciados. Afinal, em uma pirâmide social, nós, mulheres negras, ficamos em total situação de subordinação em relação aos demais: homens brancos, mulheres brancas e homens negros.

Toda essa problematização nos mostra a importância de debater a herança das mulheres negras que sofrem no seu dia a dia o impacto da discriminação racial, em patamares ainda mais agravantes, principalmente, ao se considerar a interseccionalidade entre gênero e raça, assim como nas relações econômicas, sociais entre outras.

Apesar dos movimentos sociais em prol da defesa dos direitos e igualdade da população negra e das mulheres, representados pelo Movimento Negro e Movimento Feminista, a mulher negra, com suas particularidades de opressão em várias faces, acaba sendo ainda mais discriminada, pouco aceita na sociedade, não conseguindo se sentir plenamente representada nesses espaços de militância política, ao considerar que o feminismo pode não incluir a questão de raça em suas pautas, bem como o movimento negro pode não debater a igualdade de gênero.

É de extrema importância que o feminismo negro que vem se afirmando com suas bandeiras de luta e protagonismo, estruturando-se no seu percurso histórico, fortaleça a cada dia mais sua luta, para que assim, possa haver uma efetiva busca em prol da garantia de direitos às mulheres negras.

É importante salientar que o lugar de inferioridade das mulheres negras imposto pela sociedade brasileira e pelo eurocentrismo, prejudica que estas ocupem lugar de destaque, seja social ou profissionalmente. Nesse sentido, as mulheres negras não conseguem ser reconhecidas por suas potencialidades.

Na sociedade capitalista, o racismo e o patriarcado se tornam funcionais.

Apesar do capitalismo não criar a discriminação racial e nem o sexismo, ele se apropria dessas questões, gerando privilégios na competição por ocupações de vagas de emprego: a inclusão da mulher no mercado de trabalho contribui para o crescimento do exército industrial de reserva; a divisão sexual do trabalho, destinando a cada gênero, um lugar específico para as ocupações trabalhistas, faz com que seja relegada às mulheres, e, em particular as negras, as vagas em postos de trabalho mais precarizados, cujo a qualificação é dispensável e a remuneração bem menor - vagas essas, também destinadas a população negra em geral. É válido ressaltar, portanto, que a divisão sexual do trabalho atua na manutenção da desigualdade entre homens e mulheres (CHAVE, 2014) e com o corte racial, a radicalidade do racismo institucional nesses lugares é real (ALMEIDA, 2018).

Passados 131 anos da Abolição da Escravatura e 31 anos da Constituição Cidadã, que coloca todos os cidadãos brasileiros em posição de igualdade, é inadmissível que ainda haja essa discrepância entre homens e mulheres, e, particularmente, entre negros e brancos, principalmente, para as mulheres negras, que sentem ainda em seus corpos as sequelas do período escravocrata, que difundiu o racismo, a partir da hierarquização das raças e, consequentemente, a desvalorização do povo negro. Mesmo após a Abolição da Escravatura e da suposta liberdade adquirida, a população negra continua sofrendo com a opressão, tendo uma inserção precária na sociedade brasileira que se reflete nos mais diversos espaços e se manifestam no cotidiano através da ocupação dos piores cargos e postos de trabalhos, desvalorização da beleza negra, falta de representatividade em cargos de poder, acesso precário às políticas públicas e direitos, na solidão da mulher negra, etc.

Apesar do movimento feminista surgir como uma forma de luta contra a opressão do machismo e do patriarcado, é visto, portanto, que esse movimento em muitos momentos, não consegue abarcar as necessidades e particularidades de vida, trabalho e opressão sofrida pelas mulheres negras, que tem, além da questão de gênero, as questões de raça e classe a serem consideradas.

A partir disso, mostra-se importante a realização deste trabalho, a fim de problematizar e demonstrar que a discriminação racial é algo vivo e presente em nossa sociedade. Mostrando raízes tanto patriarcais, quanto do período

escravocrata, através da interseccionalidade, principalmente, entre gênero e raça, que rebatem, cotidianamente, sobre a vida e o corpo da mulher negra brasileira. Buscamos compreender, diante de tanto conservadorismo e preconceito, que se colide com as constantes lutas em busca de igualdade, qual o lugar que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira.

Como apontado por Malcolm X em suas famosas falas, o capitalismo não pode existir sem o racismo. Tanto o comércio de escravos quanto a escravidão foram constituintes importantes e necessários para a acumulação primitiva e para o desenvolvimento do capitalismo no país. A escravidão trouxe o racismo e este por sua vez se difundiu na sociedade brasileira, oprimindo e matando os negros e negras e dividindo a classe trabalhadora (AFONSO, 2015). Essa desigualdade cria uma hierarquia dentro da classe trabalhadora, permitindo a burguesia intensificar seus níveis e formas de exploração, já que,

Ao desvalorizar a população negra da classe trabalhadora, a burguesia pode impor a piora de suas condições de vida e dificultar seu acesso ao mercado de trabalho. Assim, ao inferiorizar essa parcela da classe pode pagar menores salários, não conceder ou cortar direitos, manter o exército de reservas e garantir que o Estado se omita diante da garantia dos serviços públicos básicos (saneamento, transporte, saúde e educação) (ESPAÇO SOCIALISTA, 2014, s/p).

Os movimentos sociais, com conteúdo progressista, atuam no combate às diversas formas de opressão, exploração, dominação, discriminação e desigualdade, buscando mudanças sociais através de embates políticos. Assim, sua primeira expressão vem a partir da organização dos trabalhadores, no contexto de desenvolvimento capitalista em sua fase monopolista, que trouxe consigo um acirramento da questão social, aumento do pauperismo e da desigualdade. Contexto esse favorável à consciência de classe dos trabalhadores à sua organização, buscando melhorias nas condições de vida e trabalho e igualdade nas relações entre capital e trabalho; fato que levaria ao surgimento das primeiras organizações sindicais dos trabalhadores (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011).

A classe trabalhadora é heterogênea e composta pelos mais diversos sujeitos e grupos sociais, com questões e demandas específicas, que algumas vezes não são abordadas ou centradas pelo movimento classista. Portanto, como descrito por

Santos (1996), são atingidas por inúmeras formas de opressão que ultrapassam os limites das relações de produção e não tem relação específica oriunda com elas. Dessa forma faz-se então necessário o surgimento de movimentos sociais específicos para cada demanda, como por exemplo, os movimentos negro e feminista.

As mulheres negras, duplamente atingidas por suas particularidades, pois expressam os marcadores sociais de diferença de gênero e raça, buscam resistir às diversas violências oriundas de sua condição subalternizada na sociedade. Aliam-se a esses movimentos - negro e feminista, buscando trazer à tona as condições relegadas ao pertencimento de gênero e raça na sociedade brasileira, se articulando em coletivos como forma de resistência e de enfrentamento político em prol do reconhecimento de suas demandas, conquista de direitos e igualdade, e isso se faz o cerne deste trabalho.

Sendo assim, a construção deste trabalho tem a perspectiva de tomar a questão interseccional de gênero, raça e classe, enquanto marcas das opressões cruzadas e convergentes, na área de Serviço Social, para melhor problematização e entendimento da reprodução das desigualdades sociais, raciais e de gênero na sociedade brasileira.

Para melhor compreensão da organização desse trabalho de conclusão de curso, dividimos o mesmo em três capítulos:

No capítulo 1, problematizamos, a partir da revisão teórica dos autores centrais do campo dos estudos antirracistas no Brasil, a questão do racismo estrutural existente em nosso país e seus desdobramentos, desde a gênese da formação social brasileira, em uma sociedade marcada pelo machismo e pelo sexismo, no sentido de demarcar o entendimento a respeito da origem social, política e econômica das desigualdades sociais, mas particularmente, da questão racial, que impõe um abismo entre pessoas brancas e pessoas negras.

No capítulo 2, discorremos sobre a situação da mulher negra no nosso país, onde essa ocupa a base da pirâmide social, ficando em total lugar de subordinação sob os demais sujeitos. Afinal, ela sofre a discriminação sexista, racial e de classe social, fazendo com que seja vista como menos valiosa ou menos importante no contexto social, ainda que elas, hoje, sejam a maioria da população brasileira.

No capítulo 3, tratamos, teoricamente, da discussão, e de uma aproximação com o debate contemporâneo, sobre o Movimento Feminista Negro, que carrega particulares específicos das mulheres negras, trazendo questões antes não abordadas pelos movimentos feminista e negro. Abordamos, então, as especificidades de luta do Feminismo Negro, embasadas em leituras das intelectuais negras. Para tanto, realizamos, também, uma análise preliminar a respeito da teoria do empoderamento, que nos foi possível compreender que a visibilidade é de grande importância, mas o crucial é a organização das mulheres negras, para que haja movimentação da estrutura social do Brasil.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA E A QUESTÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

A formação sócio-histórica do Brasil tem sua particularidade constituída a partir processo das práticas de colonização que aconteceram no país no século XVI, tanto pelo escravismo quanto pelo incentivo do branqueamento e seu projeto de civilização, de extermínio da população negra.

A presença dos colonizadores no país levou a concentração da população indígena nos centros do país, fugindo da grande aglomeração dos europeus que chegavam com a intenção de extração dos recursos naturais e posteriormente o cultivo para fins econômicos e de exportação. Como também trouxe, de forma extremamente violenta, considerável fração da população africana, com a função de colonização do território pertencente a Portugal, para exercício de trabalho como mão de obra escrava na agricultura e serviços domésticos, servindo totalmente como mercadoria (PINSKY, 1993, p. 14 *apud* MACHADO; CAINELLI, 2014, p. 6).

Nesse período passava a ser realizado no Brasil o que foi designado por Marquese (2006) como “escravismo de plantation”, que o autor descreve como um sistema em que,

A produção econômica se concentrava em um único produto e o quadro social era marcado por desbalanço demográfico entre brancos livres e escravos negros, amplo predomínio de africanos nas escravarias, poucas oportunidades para a obtenção de alforria e altas taxas de absenteísmo senhorial (MARQUESE, 2006, p.109).

Apesar dos ideais iluministas que tinham como lema igualdade, fraternidade e liberdade universais, tais direitos não eram extensivos a todos como deveria ser, pois a função iluminista era de domínio e poder branco, com uma universalidade eurocentrada e não universal, com a colonialidade do poder. No colonialismo, realizado pelos países europeus, em vez de levar o projeto de civilização para os cantos mais remotos e primitivos do mundo, era perceptível a contradição presente, já que no decorrer da colonização de diversos países, grande parte da população nativa era escravizada, privada de sua liberdade e tida como inferiores, não como iguais.

É nesse contexto, portanto, que a raça surge como uma forma de hierarquização dos homens, em vista de que seja ‘permissível’ a dominação de um homem sobre o outro, apresentando diferenciações que não permitiriam a igualdade, como afirma Almeida (2018),

A raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim a classificação serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania (ALMEIDA, 2018, p. 28).

Todavia, é nessa perspectiva, contudo, que a população não branca era vista com grande potencial para “comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência” (ALMEIDA, 2018, p. 29), o que justificaria sua classificação como seres inferiores.

Destaque para a particularidade da escravidão dos africanos no Brasil, que, no caso, foi construído, sócio-culturalmente, todo um imaginário em relação a essa população trazida das mais diversas regiões do continente africano. Tal ideia advinha de uma teoria de inferioridade das raças, na época, respaldada no conhecimento científico que considerava os negros diferentes do restante da população, atribuindo à suas características e particularidades físicas traços que seriam tidos como indícios de um mau desenvolvimento ou limitante para tal, ou até mesmo como expressão de descendência de uma raça diferente do restante da população, uma raça inferior; pelo pensamento católico que atribuía à população negra a ausência de alma e pelo senso comum, como aborda Ortegá (2018), de que,

Qualquer aproximação mais atenta em relação ao estudo da história brasileira é capaz de evidenciar o quanto as relações entre europeus, indígenas e africanos foram marcadas por distinções de cunho racial. Ora por argumentos espirituais, ora por argumentos biológicos e médicos, e até mesmo pelo senso comum senhorial, negros e indígenas eram classificados e reclassificados ao olhar do europeu de forma racializada, isto é, de forma a estabelecer distinções entre esses três grandes grupos, não apenas com um sentido de hierarquização, mas de definição do que era ou não considerado humano (ORTEGAL, 2018, p. 417).

Essa ideia de inferioridade da população negra, vista como não humana, utilizada como mão de obra escrava pelos colonizadores portugueses tinha como objetivo amenizar os horrores que envolviam tal prática, e, em sua decorrência, criou espaço para que se constituísse o racismo, que segundo Almeida (2018, p. 27), é definido como uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta como prática conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Após séculos de escravidão, violência, morte e resistência da população negra e dos movimentos sociais abolicionistas, a Lei Áurea, que tornava livre a população negra escrava, é assinada em 1888. Contudo, não só devido a esses movimentos de resistência, mas também para realizar mudanças necessárias ao novo sistema econômico e social que surgia a partir da Revolução Industrial. Nesse contexto, a população negra passa a ser “livre”, mas não perde sua característica de inferioridade. Com o fim da utilização da mão de obra escrava cresce o incentivo à imigração europeia para o Brasil, devido ao interesse pela mão de obra branca, tendo em vista que era esse o perfil de trabalhador pelo qual se interessava na época, sinaliza Ortegá (2018), a partir da pesquisa realizada por Santos (1997).

A pesquisa realizada (...) apresenta trechos de discursos e de jornais da época, nos quais se discutia abertamente a transição para o regime do mercado de trabalho livre. A opinião de maior força era a de que negros, além de não possuírem os requisitos necessários para suprir a nova demanda, eram indesejáveis para o futuro do país, cuja elite econômica e política desejava que se tornasse branco. O imigrante europeu era considerado superior ao indivíduo negro e ao asiático, embora estes tivessem os custos para a importação menores que os do europeu (Idem). Quanto ao imigrante asiático, a exemplo da malquistada africanização resultante do regime escravista, o receio era o da “mongolização” do país (Idem) (ORTEGA, 2018, p. 419).

A partir do momento que a classe trabalhadora “ideal” é escolhida, a população negra fica relegada aos trabalhos mais precarizados e subalternos. Particularmente para a mulher negra a continuidade na ocupação do mesmo espaço sócio ocupacional, o espaço do trabalho doméstico, nas casas dos agora antigos senhores de escravos. Portanto, com a suposta liberdade conquistada com a

assinatura da Lei Áurea, os negros estavam fadados ao abandono, à falta de garantias de vida, moradia e emprego.

Apenas a imigração de trabalhadores brancos não se fazia suficiente para a mudança racial que se almejava para o país, então, junto a essa tentativa de repovoação, era esperado que os relacionamentos inter raciais gerassem descendentes miscigenados, que por sua vez, se relacionariam com seus iguais ou pessoas brancas, de forma que em alguns anos ocorreria o embranquecimento da população, fazendo da sociedade brasileira composta por pessoas de “pele clara”, e, consequentemente, um Brasil mais civilizado.

A miscigenação entre as raças criou um imaginário social e político que o racismo constituiria como algo ilógico, na medida em que grande parte da população carregaria consigo descendência indígena ou africana. Tal fato era visto por alguns de forma romantizada, desconsiderando a violência dos casos de abuso dos senhores para com as escravas e posteriormente a abolição, o incentivo ao branqueamento. Deve-se atentar também ao genocídio da população negra, como forma de aproximação e de diminuição da desigualdade entre negros e brancos.

Gilberto Freyre, em sua obra *“Casa Grande & Senzala”* (1933) trás as bases do que se é conhecido como o mito da democracia racial, que consiste na ideia de que a miscigenação entres os povos no Brasil viria para anular os reflexos do racismo, da discriminação racial e da desigualdade entre as raças.

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (FREYRE, 2003, p. 31).

Considerando a particularidade da população negra, alguns pensadores como Clovis Moura, Florestan Fernandes e Octávio Ianni passaram a estudar e buscar por compreender o lugar do negro na sociedade capitalista brasileira. Entre esses estudos foi possível verificar que a maioria da população pobre tinha uma raça comum, a raça negra. Nesse sentido, difundiu-se a ideia de que o racismo estaria relacionado à desigualdade de classes e que combatendo essa desigualdade o

racismo poderia ser superado (ORTEGA, 2018). Essa atribuição simplista que relaciona o racismo a classe social pertencente, retira a questão da raça como debate central, deixando de lado toda a ideologia construída de degradação da população negra no período escravocrata.

Tais pensadores buscavam entender a realidade do negro no Brasil e como este se inseriu na sociedade, no entanto os três autores apresentam perspectivas diferentes para a análise de tal questão. Sumariamente Moura trazia o povo negro como sujeitos de luta, antinomia; contrário a Fernandes que trazia essa fração da população como deslocado, como fora da norma; Ianni via os negros como povo estático, sem expressões de luta e resistência - contrariamente a Clóvis Moura que traz em suas obras a importância das organização e formação dos quilombos.

Foi o quilombola, o negro fugido nas suas variadas formas de comportamento, isto é, o escravo que se negava, que se transformou em uma das forças que dinamizaram a passagem da escravidão para o trabalho livre. O escravo visto na perspectiva de um devir (MOURA, 1988, p. 34 *apud* SILVA, 2017, p. 13).

Clóvis Moura em suas obras apropriou-se do método dialético e da teoria marxista para o desenvolvimento de suas teses em seus estudos sobre as resistências negras no escravismo e pós abolição (SILVA, 2017). Diferente de outros pensadores da época que buscava entender as condições e a realidade do negro no Brasil, o autor busca entender as relações entre os escravizados e os donos de escravo como relações de classe, e conflitos, vendo o negro como sujeito de ação que mantém resistência. Em suas obras trabalhava sob a perspectiva de antinomia, onde os negros estão contra a norma imposta na sociedade.

Utilizando como base a tese de doutoramento da pesquisadora Ana Paula Procópio da Silva que analisa as principais obras de Clóvis Moura, é possível ver que no conjunto dessas encontram-se estudos que reforçam essa percepção do povo negro como povo de resistência. Destacamos, principalmente, duas obras: A primeira, *“Rebeliões da Senzala”* (1959), o autor discute o significado dos protestos realizados pelos negros escravizados ocorridos no período escravagista e como essas formas de resistência impactavam o sistema vigente e traziam conflitos sociais, criticando também outros estudos que viam essas formas de luta e

organização como secundárias ou inexistentes desprezando todo o impacto societário que causavam (SILVA, 2017, p.12). Segundo Silva (2017),

É uma obra que incorpora na historiografia brasileira o negro como sujeito político subvertendo o padrão de despersonalização e naturalização da figura do escravo, tal como passaram a ser identificados os africanos e descendentes escravizados nas obras de autores com diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e políticos. Articula dados históricos e promove análises sociológicas que são utilizadas simultaneamente como ferramentas de conhecimento e transformação e como crítica ao academicismo e formalismo da sociologia brasileira (SILVA, 2017, p. 13).

Na segunda, “*O negro, de bom escravo a mau cidadão?*” (1977), Moura traz como o negro foi deslocado do sistema de produção, sendo rejeitado como força de trabalho sem nenhuma forma de compensação e rejeitado até mesmo como cidadão, pois apresentavam perigos a nação. A partir de então a população que se almejava para o Brasil era uma população de brancos,

Por ser o ex-escravo considerado excedente no novo campo de oportunidades que se abria, não houve nenhuma política de readaptação, integração ou assimilação dele ao sistema que se criava. Quando surgiu o trabalho assalariado no Brasil, como forma de produção, o ex-escravo, que até antes da abolição se encontrava no seu centro, recebeu imediatamente, o impacto oriundo de outra corrente populacional que vinha para o Brasil vender a sua força de trabalho: o imigrante. Esse fluxo migratório, ao entrar no mercado de trabalho deslocava o ex-escravo do centro do sistema de produção para a sua periferia, criando as premissas econômicas da sua marginalização. (MOURA, 1977, p.30 *apud* SILVA, 2017, p. 13)

O perigo que essa população apresentava, é abordada por SILVA (2017) ao tratar que

Tanto os negros contestadores, como os marginalizados são considerados maus cidadãos. Os primeiros porque não aceitam manter-se na condição de passivos nos processos de transformação social e os demais porque mesmo aliados das estruturas e instituições, são uma constante ameaça, por seu grande contingente numérico e por isso demandam vigilância e instrumentos coercitivos (SILVA, 2018, p.140).

Trazendo a perspectiva de Ianni (1988), a população negra era vista como um povo estático e o autor trás a ideia de que apesar de liberto, o negro continua em sua posição de subalternidade, sem possibilidades de mudança e ascensão em sua situação social, devido aos traumas e sequelas da escravidão. Ianni lida de forma muito estática, a relação entre escravo e senhor, pois não inclui o quilombola. Trás

também a idéia de que o negro não se identifica mais com o trabalho, pois é um sofredor psíquico das fortes marcas da escravidão.

O negro cidadão não é o negro escravo transformado em trabalhador livre. O negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente ao lado de outros trabalhadores livres, brancos, nem ainda se modificou substancialmente em seu ser social original. É o escravo que ganhou liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica. (IANNI, 1988, p.239 *apud* CARDOSO, 2013, p. 78)

Florestan Fernandes (1964) não trabalha diretamente com a ideia do racismo mas sim com a inclusão do negro na sociedade. Segundo a ideia do autor, se o negro for capaz de competir, não importa a sua cor. Isso demonstra, segundo ele, a necessidade de haver um capitalismo mais expansivo para captar trabalhadores negros. Aponta a idéia do subcapitalismo ou subdesenvolvimento e um capitalismo competitivo, e reduz a questão social a questão meramente econômica.

Ainda assim, a ideologia racista deixou grandes sequelas à população negra brasileira, por esta ser considerada inferior, que revelava o atraso para o país, fazendo do Brasil um país selvagem e primitivo. Como visto, a raça é um termo político para respaldar e justificar a opressão do homem pelo homem e apesar de provado que não existem determinações tanto biológicas quanto físicas que permitam a hierarquização de pessoas, seja moralmente ou culturalmente, a raça ainda continua a ser utilizada como fator político na naturalização e legitimação da desigualdade, segregação e genocídio de grupos sociologicamente tidos como minoria (ALMEIDA, 2018, p. 31).

Assim, além do racismo, torna-se importante abordar outras duas categorias também fundadas a partir da hierarquização das raças e que rebatem duramente sobre o cotidiano e vivência da população negra na sociedade brasileira: o preconceito e a discriminação.

Apesar de algumas vezes o racismo ser confundido com essas outras duas categorias, elas se diferem. Como afirma Almeida (2018, p. 32), “preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertença, a um

determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias”. Por sua vez, a discriminação racial é inscrita como,

Atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça (ALMEIDA, 2018, p. 32).

Sendo assim, de forma didática, o racismo pode ser definido como uma forma sistemática de discriminação e hierarquização fundada na crença da diferenciação das raças. Já o preconceito está ligado aos estereótipos construídos e que nem sempre requer a manifestação dos atos, que se realiza na discriminação racial.

A discriminação também pode ser direta, tida como um repúdio motivado pela raça e no qual há intenção da discriminação, e a indireta, onde as diferenças sociais são naturalizadas e há intencionalidade nessa forma de discriminação é velada. A manifestação das formas de discriminação com o tempo culmina na estratificação social, um fenômeno que perpassa as gerações, levando a impossibilidade de ascensão e articulando-se com a segregação racial, relegando a fração da população espaços e localidades específicas, realizando uma separação espacial entre as raças (ALMEIDA, 2018, p. 34).

Tal fato é amplamente perceptível, quando, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, informa que 54,9% da população brasileira é composta por pretos e pardos, portanto, de maioria negra, e é essa mesma população, contudo, que tem o maior índice de precarização de acesso aos direitos fundamentais, tais como saúde, educação e trabalho. Segundo o censo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desenvolvida pelo IBGE, as taxas de analfabetismos no ano de 2017 eram de 9,3% para pretos ou pardos e 4,0% para brancos; as taxas de crianças entre 5 a 17 anos que trabalhavam em 2016 eram de 63,8% para crianças negras e pardas e de 35,8% para as brancas; o rendimento médio de todos os trabalhos em 2017 tinha como média, para a população negra, o valor de R\$1.570,00 reais, enquanto para população branca era de R\$2.814,00 reais; a taxa de desocupação no mesmo ano era de 13,6% para pretos, 14,5% para

pardos e 9,5% para brancos ¹. Em relação a taxa de desemprego no ano de 2018 para a população parda essa taxa subiu de 48,9% para 51,7%, para os pretos o crescimento foi de 10,2% para 12,9%, e entre a população branca o índice de desemprego caiu de 40,2%, para 34,6%. Logo, de acordo com esses dados, 64,6% da população desempregada no nosso país é constituída por pretos e pardos ².

A maioria dos espaços de representatividade não são ocupados por pessoas negras. Apesar de ser possível pensar que, por proporção, pelo menos metade das vagas nesses espaços de representatividade deveriam ser ocupado por pessoas negras, tal fato não causa estranhamento pela grande parte da população.

Dessa forma, cabe salientar, que o racismo atinge as instituições que são a materialização das normas da sociedade e também as que refletem os conflitos e contradições inerentes à ela, constituindo-se no racismo institucional, perpetuando as posições de poder e relegando aos negros o lugar de subalternidade (ALMEIDA, 2018). A perpetuação de tal domínio se dá “com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (ALMEIDA, 2018, p. 40), assim, a inferioridade e os estereótipos criados e relacionados a população negra impedem que - mesmo com altas qualificações - essa fração da população não tenha possibilidade real de ascensão social.

Nesse sentido, percebe-se uma naturalização tanto da ocupação da população negra nos cargos mais subalternos, precarizados e explorados, como também pelos altos índices de morte da juventude negra, reforçando a continuidade dos estereótipos negativos destinados a uma população, destacando aqui, principalmente, a atribuição do negro à violência e à criminalidade. Para além disso, contudo, há também a discriminação da cultura negra articulada, particularmente, à sua religiosidade, denotada, cotidianamente, através dos casos televisionados tanto de forma pejorativa em programas religiosos neopentecostais e fundamentalistas

1 População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE. Janeiro, 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>. Acessado em 16 de setembro de 2019.

2 Com crise, desemprego subiu mais entre pretos e pardos, diz IBGE. Fevereiro, 2019. Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/com-crise-desemprego-subiu-mais-entre-pretos-e-pardos-diz-ibge/>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

cristãos, como na forma da invasão e depredação dos terreiros de Umbanda e de Candomblé.

Ressalta-se, ultimamente, um crescente discurso, de cunho conservador, de cortes e retiradas de políticas públicas de acesso para a população negra, e, em particular, no caso das políticas de ações afirmativas para ingresso e permanência nas Universidades Públicas. Políticas conquistadas a partir da organização e reivindicações do Movimento Negro no Brasil colocando em pauta questões como a das cotas para Universidades Públicas, e também pela conquista da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, em todas as escolas, no ensino fundamental e médio, almejando a reparação histórica pelas violências sofridas na escravidão.

Apesar de todos os dados demonstrados nas variadas pesquisas que trazem e problematizam a questão racial, em suas análises, portanto, as mesmas revelam a posição de desvantagem da população negra nos mais diversos âmbitos até os dias atuais. Nesse sentido, é possível notar que o racismo se constitui como parte da sociedade, indo para além de manifestações discriminatória individuais, mas de forma estrutural, perpassando pelas múltiplas formas de relações (econômicas, sociais, políticas, etc) levando a naturalização da prática como algo herdado pelas gerações, mas não algo impossível de ser transformado (ALMEIDA, 2018, p. 50).

O racismo e as posições de subordinação da população negra na sociedade brasileira são naturalizados devido, principalmente, a essa ideologia que internalizada nos indivíduos é reforçada através da mídia, que projeta um estereótipo renegados às pessoas negras em sua realidade, onde as relações de opressão de raça se apresentam no cotidiano, influenciando, ainda mais, na segregação do povo preto.

Segundo Almeida (2018, p. 61) esta segregação não oficial dos negros apresenta variadas justificativas, como citadas a seguir

1. pessoas negras são menos aptas para a vida acadêmica e para advocacia;
2. pessoas negras, como todas as outras pessoas, são afetadas por suas escolhas individuais, e sua condição racial nada tem a ver com a situação socioeconômica;
3. pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação e, por isso estão alocadas em trabalhos menos qualificados, os quais, consequentemente, são mal remunerados;
4. pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca

politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e de prestígio social (ALMEIDA, 2018, p. 61).

Tal como reforça o autor, é percebido um viés racista entre essas justificativas nas quais “a primeira é abertamente racista, pois impinge uma espécie de inferioridade natural as pessoas negras. A segunda é veladamente racista, e afirma, indiretamente, que pessoas negras são culpadas pelas próprias mazelas” (ALMEIDA, 2018, p. 61). A terceira e a quarta não tem um viés racista em si, apresentam a realidade sobre as condições sociais da população negra no país mas desconsideram e não buscam compreender como essa relação se dá e o motivo pelo qual a população branca também não enfrenta o cerceamento em relação ao acesso de alguns direitos, e pelo contrário, continua mantendo sua posição de vantagens e privilégios (ALMEIDA, 2018, p. 62).

Com o fim da escravidão e com o refutamento das teorias que atribuíam ao negro a impossibilidade de condições de se igualar a população branca, a ideia de inferioridade da raça negra se perpetua, de forma que os próprios indivíduos negros internalizam esse estereótipo. Em busca de compreender o que leva a naturalização da subalternidade desse grupo social e até mesmo a internalização desta ideia por eles, Almeida (2018) trás que tal questão só pode ser respondida no momento em que se considere que o racismo além de processo político e histórico é um processo de construção de subjetividade, e que só se consegue perpetuar após ser capaz de

1. produzir um sistema de ideias que forneça uma explicação “racional” para a desigualdade; 2. constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem “normal” e natural que no mundo haja “brancos” e “não brancos” (ALMEIDA, 2018, p. 63).

Nesse sentido, o racismo é trazido pelo autor como uma “ideologia que molda o inconsciente”, como elemento que estrutura a subjetividade, assim,

A ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades” são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir (ALMEIDA, 2018, p. 64).

Dessa forma mesmo que os indivíduos tomem suas atitudes conscientemente, inconscientemente eles foram moldados pelo racismo de forma que considerar a inferioridade de uma pessoa devido a sua cor de pele se justifica e faz como que todas as relações de opressão devido a raça e a posição de subalternidade da população negra seja facilmente ‘suportada’ e justificada sem que em nenhum momento se questione o privilégio branco.

O autor também apresenta uma ideia de suma relevância ao trazer que “ a ideologia é, antes de tudo, uma prática” (ALMEIDA, 2018). Tal contestação corresponde a falsa ideia de que a mídia, a arte e etc simplesmente reproduzem as relações que ocorrem no dia-a-dia dos indivíduos. Na verdade, de acordo com o autor, essa forma de retratação se refere a como encarar nossas relações concretas e ver cotidianamente, a retratação em todos os espaços, do negro como inferior, incapaz, ocupante dos empregos mais subalternos, ausentes nas posições de poder, de prestígio e de qualificação; além de ter sua imagem ligada a pobreza, a violência e criminalidade faz com que os acontecimentos da vida real sejam apenas acontecimentos normais.

Para nos convenceremos de que existem lugares de negros e lugares de branco na sociedade, ou no mínimo não nos espantamos com essa constatação, não basta ler os livros de autores racistas como Gobineau, Nina Rodrigues e Oliveira Viana. É necessário, por exemplo, que, ao frequentar a escola, as lições desses autores racistas sejam acompanhadas de uma realidade em que os professores sejam brancos, os alunos sejam brancos e as pessoas consideradas importantes sejam igualmente brancas. Da mesma forma, o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a chamada “guerra às drogas”, que, na realidade, é uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras. (...) Ademais, a própria indiferença teórica sobre a desigualdade racial no campos políticos e econômico é fundamental para construir um imaginário racista, pois, assim, sem críticas ou questionamentos, a discriminação racial ocorrida nas relações concretas aparecerá à consciência como algo absolutamente “normal” e corriqueiro (ALMEIDA, 2018, p. 66-67).

Negros e negras inseridos nesta sociedade fundada estruturalmente sob e pelo racismo, são conectados a essa ideologia que se reproduz, se apresenta e se reforça no cotidiano; são submetidos às pressões dessa estrutura social racista e passam a acreditar e se enxergar como relegados a lugares inferiores, como

suspeitos, como incapazes. Passam a ver a sociedade como dividida entre brancos e negros, sem questionar os privilégios atribuídos ao outro grupo.

Também, negros e negras, devido a todo estereótipo reforçado cotidianamente, deixa de compreender o racismo incrustado nas relações sociais e as constantes formas de abuso pelas quais passam, e ao enxergar as outras pessoas negras da mesma forma como a ideologia racista reproduz e perpetua, dificultam o poder de organização para uma luta cada vez mais forte e efetiva por uma transformação societária que realmente possa tratar as pessoas negras com igualdade de condições e oportunidades (ALMEIDA, 2018).

Nossa sociedade foi construída em cima de conflitos e antagonismos no que se refere às classes, raças e até mesmo as sexualidades. As diretrizes são formadas pela igualdade formal e um discurso politicamente impessoal, que são fortalecidos pelo discurso da meritocracia³. Aliado a esse discurso, temos, segundo Almeida (2018) a soma de todo o processo do racismo histórico, porém, mesmo com toda desigualdade racial vivenciada nos mais diversos aspectos cotidianos, o entendimento societário é de falta de mérito dos indivíduos.

A meritocracia se manifesta por meio de mecanismos institucionais, como os processos seletivos das universidades e concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino público e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade (ALMEIDA, 2018, p. 81).

Portanto, no Brasil, a negação de racismo, na verdade, é algo extremamente racista, pois não tem como culpabilizar um negro por não ter alcançado a mesma posição do indivíduo branco, sendo que os dois não tiveram as mesmas oportunidades ao longo da vida. O negro não tem privilégios. Então, quando é colocado que o país quer conter a criminalidade e a violência, na verdade estão

³ Meritocracia é um sistema de hierarquização e premiação baseado nos méritos pessoais de cada indivíduo. A origem vem do latim *meritum* (mérito), unida ao grego *cracia* (poder). Assim, o significado de meritocracia seria “poder do mérito”. De acordo com a definição “pura” da meritocracia, o processo de alavancamento profissional e social é uma consequência dos méritos individuais de cada pessoa, ou seja, dos seus esforços e dedicações. Fonte: <https://www.significados.com.br/meritocracia/>

dizendo que querem encarcerar os negros, visto que eles são tidos como ladrões e preguiçosos, entre tantos outros termos pejorativos. Isso prejudica a tomada de decisões enfáticas contra a discriminação racial, fazendo com que haja uma conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2018).

No Estado Neoliberal não existe espaço para tratar a questão racial, pois raça e racismo se misturam à igualdade de todos os indivíduos perante a lei (ALMEIDA, 2018), porém essa igualdade existe somente na lei, e por isso, discutir a questão racial não é algo interessante ao Estado, que prefere dizer que se algo isolado acontecer, é cabível o acionamento jurídico para o fato. Sendo assim, é mais fácil tratar o racismo como isolado e não como estrutural e presente na nossa sociedade.

Almeida (2018) faz importantes considerações em seu livro quando diz que para algumas pessoas, a existência de alguns negros em espaços de importância e visibilidade, reforça a ideia de meritocracia, pois se eles conseguiram alcançar, toda a massa populacional negra que não conseguiu foi por falta de esforços pessoais e falta de mérito, negando, desta forma, a realidade concreta da falta de possibilidade de acesso do restante da população.

Não há dúvidas de que a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminação, e há excelentes motivos para defendê-la. Quem pode duvidar da importância para a luta antidiscriminatória existir, uma mulher negra em posições na academia, nos meios de comunicação e no judiciário geralmente associadas a homens brancos? (ALMEIDA, 2018, p.109)

Porém, é preciso se atentar para o fato de que o racismo vai muito além de uma representatividade, pois a presença de negros, muitas vezes é exigida na esfera pública e privada, a fim de reafirmar que é um país sem preconceito, onde todas as pessoas possuem as mesmas oportunidades. Assim, se evita pressões sociais e legitima o poder institucional. Afinal, no Brasil com sua população de maioria negra, é necessário que tenham representantes para que tal instituição não seja considerada retrógrada. Mas a visibilidade negra, não significa o fim do racismo, pois na maioria das vezes o local de destaque daquele indivíduo negro, não significa que ele esteja no poder, ou que a população negra tenha conquistado poder, pois a visibilidade não implica que a pessoa terá o poder necessário para alterar as

estruturas econômicas e políticas que reproduzem as desigualdades, ancoradas no racismo e no sexismo (ALMEIDA, 2018).

Isso fica bem explicado quando o autor nos afirma que,

Porém por mais importante que seja, a representatividade de minorias em empresas privadas, partidos políticos, instituições governamentais não é, nem de longe, o sinal de que o racismo e/ou sexismo estão sendo ou foram eliminados. Na melhor das hipóteses, significa que a luta antirracista e antissexista está produzindo resultados no plano concreto, e na pior, que a discriminação está tomando novas formas. A representatividade, insistimos, não é necessariamente uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade. *A representatividade é sempre institucional e não estrutural*, de tal sorte que quando exercida por pessoas negras, por exemplo, não significa que os negros estejam no poder (ALMEIDA, 2018, p. 111-112, grifo do autor).

Segundo Almeida (2018), existem basicamente duas visões que tentam explicar a perpetuação e a permanência do racismo, principalmente, na economia, com olhar na economia política, e na relação entre escravidão e racismo:

A primeira entende que o racismo permanece preso ao período escravocrata, onde a sociedade branca ainda estaria ligada ao passado, com pensamentos e atitudes racistas e violentas, onde não conseguiram se desvencilhar da imagem do negro como um corpo inferior ao branco.

Dessa forma, o racismo seria uma espécie de resquício da escravidão, uma contaminação essencial que, especialmente nos países periféricos, impediria a modernização das economias e o aparecimento de regimes democráticos (ALMEIDA, 2018, p. 183).

A segunda visão por sua vez, entende que o racismo é um produto do alavancamento crescente do capitalismo, sendo assim, essa reprodução da discriminação racial não advém de um passado escravocrata ou irracional, mas sim da cruel racionalidade moderna, apesar de considerar os inúmeros impactos negativos que a escravidão causou na formação econômica e social brasileira.

O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porque não há oposição entre modernidade/ capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro (ALMEIDA, 2018, p.183).

A modernização da economia, o aumento da produção e do lucro, assim como as tecnologias, nada tem a ver com aumento de salários e melhorias nos

postos de trabalho. Pelo contrário, os negros trabalham cada vez mais, ganhando pouco, pois é a parcela mais suscetível ao desemprego. E isso influencia até mesmo nos trabalhadores brancos que ficam impossibilitados de pedir melhorias, pois podem ser substituídos pelos negros com menores salários,, na medida em que é a maior parte do exército industrial de reserva. Ou seja, o racismo toma outras formas, se renova, substitui suas faces, mas não se desfaz (ALMEIDA, 2018).

Não é possível haver consciência de classe, desconsiderando o problema racial, pois esses são elementos sobredeterminados. Os trabalhadores negros aceitam receber salários mais baixos por uma questão de sobrevivência e com isso são vistos como responsáveis pela decadência econômica. Isso causa divisão das classes e no interior delas. Porém, a recusa em entender que a luta de classes e a luta racial são interligadas, aprisiona a crítica ao racismo e ao sexismo, culpabilizando-os com preceitos moralistas, criando a ideia de que os negros são intrusos no país. Com isso exige-se cada vez mais o direito das pessoas a serem brancas e viverem seguros em seu país, além do direito de não gostarem dos negros por serem considerados perigosos e marginalizados (ALMEIDA, 2018).

É importante, por fim ressaltar que o desenvolvimento de um país é de acordo com os limites da sociedade capitalista, como explica a Teoria da Dependência⁴, num jogo de conflitos internos e externos e de dominação e subordinação, o que alavanca o racismo. No Brasil houve industrialização sem distribuição de renda, sem dar fim às desigualdades raciais e de gênero, estruturalmente fundadas, ou seja, não ocorreu uma transformação social, para tornar visível a importante existência da população negra, e com isso se propaga o discurso do mito da democracia racial, sem que haja criticidade sobre a questão racial (ALMEIDA, 2018).

Achar que no Brasil não há conflitos raciais diante da realidade violenta e desigual que nos é apresentada cotidianamente beira o delírio, a perversidade ou a mais absoluta má-fé. A população negra constitui mais da metade da população brasileira. Diante de tal demografia, é difícil conceber a possibilidade de um projeto nacional de desenvolvimento que não enfrente o racismo no campo simbólico e prático. O silêncio dos desenvolvimentistas brasileiros diante da questão racial chega a ser constrangedor, pois tudo se passa como se a questão nacional/racial não fosse medular no pensamento social brasileiro. Talvez essa presente ausente da questão racial seja a

⁴ É a necessidade de um subdesenvolvimento de um país para que outro possa se desenvolver. Fatos ligados e dependentes (ALMEIDA, 2018).

prova mais contundente de que o racismo pode obstruir a capacidade de compreensão de aspectos decisivos da realidade, mesmo daqueles que querem sinceramente transformá-la (ALMEIDA, 2018, p. 197).

Como bem explicado pelo autor na citação acima, o silêncio de uma sociedade composta majoritariamente por negros, a respeito da questão racial, mostra o racismo estruturalmente criado e perpetuado no Brasil, em que somente as pessoas brancas possuem privilégios e a população negra é cada vez mais atingida, menosprezada e violada, não somente em seus direitos, mas também em sua existência, fato expresso na necropolítica do Estado, em que a população negra é encarcerada e morta.

CAPÍTULO 2

A MULHER NEGRA NO BRASIL: REALIDADE SOCIAL E RESISTÊNCIAS

O passado dos negros não se resume a serem meros escravos, ou a apenas servos. É um passado marcado por muitas lutas e resistência do povo africano, que foi feito escravizado e sempre sofreu nas mãos dos brancos burgueses que se sentiam superiores aos negros, pela sua branquitude e sua classe social (RIBEIRO, 2018, p. 5).

A situação da mulher negra na sociedade é uma das mais complexas formas de discriminação, pois é multiplamente julgada pela sua condição de gênero e raça, podendo ainda ser agravada se considerada sua posição social e a sua sexualidade, como aponta Valente (1994, p. 56), ao afirmar que “as mulheres negras e as mulatas que em geral, sofrem de tripla discriminação: sexual, social e racial. Portanto tudo o que se coloca como problemático para a população negra atinge especialmente as mulheres”.

Nesse sentido, ao analisarmos a condição da mulher negra no Brasil se faz necessário uma análise interseccional levando em consideração sua condição de gênero, raça, classe e sexualidade, e assim, como todos esses marcadores se articulam de forma a atenuar certas formas de discriminação.

Segundo Crenshaw, as interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. Por exemplo, a idéia de que uma mulher negra é duplamente oprimida, à opressão por ser mulher deve ser adicionada a opressão por ser negra. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento. A imagem que ela oferece é a de diversas avenidas, em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão. Em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Considerando o caso particular do Brasil, que tem o racismo como componente estrutural de suas relações sociais já que este constitui-se na estrutura

da formação sócio-histórica do país, a articulação interseccional, principalmente, entre gênero e raça, pode ser dificilmente identificada, haja vista que em relação a raça, por exemplo, há uma naturalização do racismo que é expresso cotidianamente de forma velada. O mesmo pode-se ser dito em relação ao gênero, pois,

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde formas econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural ou pelo menos imutável, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de “receber” tal subordinação permanece obscurecida. Como resultado, a discriminação em questão poderia ser vista simplesmente como sexista (se existir uma estrutura racial como pano de fundo) ou racista (se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo). Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação (CRENSHAW, 2002, p. 176).

No Brasil, a violação colonial trouxe particularidades às mulheres, principalmente, as negras, por isso não se pode falar da condição da mulher negra no país sem antes considerar sua historicidade e sem retornar ao passado escravagista do país.

Tanto o Brasil como os Estados Unidos fizeram uso da força de trabalho de imigrantes africanos trazidos como mercadoria, para atuação como mão de obra escrava no período colonial. Apesar de suas particularidades, ambos os países têm sua formação social fundada sob a base da escravidão. Partindo desse princípio o trabalho de Angela Davis (2016), em sua obra, *“Mulheres, Raça e Classe”*, em que trata prioritariamente sobre a condição das mulheres negras nos Estados Unidos pode ser considerada, com algumas ressalvas, também para a compreensão da relação das mulheres negras no Brasil.

A particularidade das mulheres negras é trazida, principalmente, no primeiro capítulo do supracitado livro. Nele a autora ressalta que as mulheres negras atuantes como mão de obra escrava eram tratadas de forma igual aos homens, ambos como mercadoria, e, portanto, sem diferenciações no trabalho já que apesar de as mulheres atuarem com trabalho doméstico nas casas dos senhores das fazendas, parte delas também atuava nas lavouras em igual condição de trabalho

em relação aos homens. No entanto, sofriam violências que eram particulares a sua condição de mulheres, como exemplo, os estupros.

Para a maior parte das raparigas e mulheres, bem como para a maior parte dos rapazes e homens, era duro o trabalho nos campos desde o amanhecer ao anoitecer. Onde o trabalho era considerado, força e produtividade debaixo do tratamento da ameaça do chicote e do sexo. Neste sentido, a opressão para as mulheres era idêntica à opressão para os homens. Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de género, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres (DAVIS, 2016, p. 11).

De acordo com Collins (2015, p. 21) “a escravidão foi uma instituição específica de raça, classe e género”. Portanto, é nesse sentido que foi institucionalizada, sob profundo carácter patriarcal, em que cada indivíduo da sociedade tinha um papel designado de acordo com sua raça, género e classe social. A sexualidade das mulheres brancas era controlada, conservando sua castidade, para garantir que os bens fossem repassados para os herdeiros legítimos dos senhores de propriedade - brancos e ricos, atuando na manutenção da posse das propriedades dentro de uma mesma família, designando às mulheres brancas privilegiadas, uma espécie de proteção institucional.

Essa proteção, contudo, abarcava, ainda que em menor número as mulheres pobres brancas, mas deixava, completamente de fora, as mulheres negras, que neste contexto, assumiram posição de inferioridade referente à sua raça, e, assim, tinham seu controle de fertilidade como forma de manutenção e continuidade da mão de obra escrava, já que seus filhos também tinham como destino à escravidão (COLLINS, 2015). É portanto, nesse sentido, que Davis (2016) aponta o uso da capacidade reprodutiva da mulher negra para atender as necessidades econômicas da época, que fazia do corpo destas mulheres uma ‘máquina de novas mercadorias’.

Quando a abolição internacional do comércio de escravos começou a afetar a expansão da inicial e crescente indústria de algodão, a classe dos donos de escravos foi forçada a confiar na reprodução natural como o método mais seguro de substituir e aumentar a população doméstica escrava. E aí o

peso colocou-se na capacidade das mulheres escravas reproduzirem. (...), as mulheres negras tornaram-se crescentemente avaliadas pela sua fertilidade (ou falta dela): aquela que fosse potencialmente mãe de dez, doze, catorze ou mais tornava-se um tesouro cobiçado. No entanto, isso não significava que como mães, as mulheres negras tivessem um estatuto mais respeitável do que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – popular durante o século XIX – não se estendia às escravas. De fato, aos olhos dos donos de escravos, as mulheres escravas não eram mães em absoluto; eram simplesmente instrumentos que garantiam o crescimento da força de trabalho escravo. Eram “fazedoras de nascimentos/breeders”- animais, cujo valor monetário podia ser calculado precisamente em função da sua habilidade em multiplicar os seus números (DAVIS, 2016, p. 11).

Ao contrário das mulheres brancas, consideradas puras e frágeis, motivo pelo qual seria necessário a proteção do homem, justificando o patriarcado, a mulher negra nunca foi vista como frágil ou como alguém que necessitasse de proteção. No período colonial, estas eram trazidas para o trabalho, tanto doméstico quanto na lavoura, e, além disso, eram obrigadas a “servir” sexualmente aos seus senhores brancos, sendo, constantemente, estupradas e tendo filhos mestiços, relação que seria posteriormente romantizada e usada como base para o mito da democracia racial. Neste período, portanto, a mulher negra enquanto escrava era tida como propriedade e objeto, por ser mercadoria. Sua utilidade era satisfazer os desejos sexuais de seus senhores brancos, sendo “submetida ao abuso sexual, ao estupro e à humilhações” (SANTOS, 2009, p. 3).

No período da escravidão “estuprar uma negra não era crime, e sim um sinal de virilidade do homem branco” (SANTOS, 2009, p.3). Essa cultura influenciou a visão social sobre o valor da mulher negra, sexualizando seu corpo, estereotipado como mulher destinada apenas a realização sexual dos homens. Por outro lado, as mulheres brancas seriam aquelas adequadas ao casamento, cultura essa que ainda permanece, quando se verifica as altas taxas de famílias chefiadas por mulheres solteiras, que em sua maioria, negras. Essa cultura trouxe junto consigo uma rejeição à estética e fisionomia das mulheres negras, sendo depreciadas e tendo sua autoestima minada, enquanto se exaltava a beleza branca e as características eurocêntricas que compõem o padrão de beleza aceitável da sociedade brasileira (PEROTONI, 2014).

Essa aversão e negação a beleza negra e aos traços que a constituem,

acompanham essa população desde sua infância, destacando aqui a violência sofrida pelas mulheres negras que desde meninas lidam com essa rejeição, como a discriminação manifestada através do bullying, principalmente, através de zombarias ligadas a sua estética, tendo com principal alvo o cabelo crespo. Essas meninas, mesmo sentindo que são tratadas de forma diferente em relação aos demais, ainda não sabem que tal fato está estritamente relacionado ao racismo, e a dita inferioridade dos seus corpos negros.

Hoje afirmo isso com muita tranquilidade, mas minha experiência de vida foi marcada pelo incômodo de uma incompreensão fundamental. Não que eu buscasse respostas para tudo. Na maior parte da minha infância e adolescência, não tinha consciência de mim. Não sabia por que sentia vergonha de levantar a mão quando a professora fazia uma pergunta já supondo que eu não saberia a resposta. Por que eu ficava isolada na hora do recreio. Por que os meninos diziam na minha cara que não queriam formar par com a “neguinha” na festa junina. Eu me sentia estranha e inadequada, e, na maioria das vezes, fazia as coisas no automático, me esforçando para não ser notada (RIBEIRO, 2018, p. 5).

Em um ensaio que traz trechos de memórias de mulheres negras sobre sua infância também é possível perceber as manifestações do racismo e sexismo desde este período de suas vidas:

Minha adolescência e minha infância foram bem difíceis devido ao preconceito dos colegas, isto faz a gente pensar que nasceu com algum defeito; que o problema é com a gente que nasceu negra, e não com as pessoas que nos discriminam. Portanto, na minha infância, imaginava que se tivesse nascido branca, de cabelos lisos, seria bem aceita pelos colegas. (...) Queria muito ter nascido mais clara, mas o que mais me incomodava era o cabelo “duro”. Acho que para ser mais aceita e para parecer com as pessoas “brancas”, desde pequena a minha mãe começou a passar creme alisante no meu cabelo e no das minhas irmãs. Penso que para não destoar muito das pessoas de cabelo “bom”. Lembro - me que meus coleguinhos sempre me chamavam de “Tia Anastácia”, aquela do Sítio do pica-pau amarelo. Eles gozavam muito dos meus cabelos, e olha que eles viviam presos, minha mãe fazia grandes coques ou tranças nos meus cabelos. Eu era bem pequena, cursava a 2ª ou 3ª série do ensino fundamental, e sei que ficava muito chateada com os colegas, mas como era muito tímida, não brigava e nem retrucava, apenas me calava. Alguns colegas não queriam brincar comigo, principalmente se a brincadeira tivesse que pegar na mão. Engraçado, me lembro de que algumas professoras ficavam espantadas por eu andar sempre arrumadinha e limpinha, e as tarefas serem sempre bem feitas. Porque na concepção delas, os negros andavam sujos, não tinham higiene e, com certeza, eram muito pobres. Quanto à discriminação de gênero, esta era mais clara para todas as meninas, de cor ou não, sempre havia brincadeiras que os colegas, as professoras ou até mesmo os nossos pais não nos deixavam participar por acharem que eram brincadeiras de

meninos (...) (LOPES, 2013, p. 174).

E ainda

Sofri discriminações de raça na minha infância. Os apelidos eram os mais diversos possíveis, principalmente no que diz respeito ao cabelo: Cabelo de pixaim, cabelo de bombril, nega do cabelo duro, entre outros. Desde criança, passo por processos de alisamentos, progressivas e tudo mais que possa amenizar a “rebeldia” dos meus cabelos. Eu e minhas irmãs costumamos apelidá-lo de cabelo ruim, muito ruim. Eu percebo isso muito forte, de não aceitarmos os nossos cabelos.(...) O que mais me marcava era a época das festas juninas, pois nas quadrilhas, ninguém queria dançar comigo, nem mesmo segurar a minha mão durante as danças. Na tentativa de amenizar meu sofrimento, minha mãe procurava meu primo e enchia ele de presentes e mimos para que ele dançasse comigo, e isso me humilhava por dentro. Apesar de ser uma criança, eu tinha plena consciência do que estava acontecendo à minha volta. Lembro-me de ficar horas me olhando no espelho, chorando e perguntando a Deus porque eu tinha um cabelo assim. As pessoas sempre questionaram o fato de meus olhos serem verdes, meu cabelo sarará e minha pele escura. Eu parei de dançar quadrilha e participar de qualquer outra coisa que ficasse exposta a humilhações e sofrimentos (LOPES, 2013, p. 175).

Partindo desses relatos é possível verificar que as mulheres negras têm contato com o racismo e o sexismo desde a infância, em particular as crianças reproduzem também o racismo, provavelmente, influenciadas por seus pais e pelas reproduções de estereótipos na mídia, como também a reprodução da discriminação por parte dos professores, que por vezes atuam de forma ativa através de um tratamento diferenciado para com essas meninas e também se esquivando em momentos em que os alunos agem de forma discriminatória e preconceituosa, sendo, a escola, portanto, uma das reprodutoras do racismo institucional.

Nesses trechos é possível perceber a dor de se nascer negra dentro de uma sociedade racista. A infância e a adolescência dessas mulheres são envoltas de violência, tanto a infligida pela sociedade como a violência a qual se fere os corpos negros, com procedimentos químicos contínuos para que se chegue o mais perto possível do padrão eurocêntrico branco e do cabelo liso. Também perpassa pela solidão de ter que se recolher para evitar ser ainda mais ferida com as atitudes de outros, de não ter par, de se sentir solitária e não compreender o motivo da rejeição que sofrem. Rejeição essa que não finda na vida adulta.

Algumas falas são marcantes a respeito da solidão da mulher negra e seu

sentimento de inferioridade à mulher branca, em relação à relacionamentos afetivos:

Adoecida pelo racismo, eu precisava encontrar formas de me libertar para não amar de forma adoecida também. Entendi que o amor, por mais que me tivesse sido negado de várias formas, era um direito. E que viria a partir do momento em que eu tivesse coragem de olhar para dentro de mim com sinceridade para retirar o mal que fora colocado ali com tanto silenciamento (RIBEIRO, 2018, p. 15).

A mulher negra muitas vezes é também reduzida e estereotipada em três imagens: a de mulata, de doméstica e de mãe preta (GONZALES, 1984). Os três estereótipos criados a cerca da imagem da mulher negra, tem sua gênese basicamente ligado a vivência na escravidão: a mulata corresponde a mulher negra sensual, que seduz com sua cor, que está sempre disposta ao sexo; a doméstica, que atuava na casa grande sendo responsável pelos cuidados e afazeres domésticos, e a figura da mãe-preta, fazendo referência aos cuidados maternos destinados aos seus filhos e aos filhos de seus senhores.

A figura da mulher negra enquanto mulata é a imagem da mulher negra que é ovacionada e aceita na sociedade, aceitação essa que ocorre em contextos específicos como no carnaval e em relação a interesses exclusivamente sexuais. Segundo Gonzales (1984) a figura da mulata também se relaciona com o mito da democracia racial, já que nesse momento, da mulher negra em seu auge, no lugar de destaque cedido pelo carnaval, a beleza dela não é só aceita como também admirada, dando a falsa sensação de que o racismo expresso na rejeição da beleza da população negra não existe. A verdade é que quando estão no cotidiano, fora do palco e do contexto específico em que se permite a exaltação dessas mulheres, elas voltam a ser vistas como pessoas inferiores e são ligadas a outro tipo de estereótipo, o da doméstica, já que no imaginário social, esse seria o único lugar de ocupação de uma mulher negra.

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALES, 1984, p. 228).

Devido ao seu gênero, a mulher, em termos gerais, já é desvalorizada no mercado de trabalho, sendo relegada, em sua maioria, a função menos especializada, como os trabalhos informais e de baixos salários em relação a remuneração para mesma vaga ocupada por um homem. Contudo, ao considerar o fator da raça, a mulher negra é, novamente, preterida, em relação às suas concorrentes no mercado de trabalho, e mesmo aos homens negros, mesmo com o aumento em seus níveis de qualificação, e, desta forma, quando contratada, receberá remuneração inferior à recebida pelas mulheres brancas.

As mulheres negras apesar de muitas vezes serem mais bem capacitadas e qualificadas que as brancas, tem difícil acesso aos melhores cargos, ou aos lugares de destaque, já que estes quase sempre são ocupados pelas mulheres brancas e o lugar de subalternidade das negras vai se reproduzindo. Isso faz com que a cultura negra muitas vezes seja abafada, até mesmo pelas próprias negras, numa tentativa infundada de ser menos discriminado e mais reconhecido (RIBEIRO, 2018).

Sendo assim, a mulher negra acaba ocupando a última posição na pirâmide da hierarquia das desigualdades de gênero, raça e classe social, como Carneiro (2011) analisou, a partir das problematizações das feministas negras, como Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde, Patricia Collins, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Jurema Werneck dentre outras e que, portanto, no Brasil, foram observados pelos dados produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014) e que Cisne (2015, p. 28) corrobora, apontando que a ordem é “homem branco, mulher branca, homem negro (e pardo), mulher negra.”

Como bem analisado por Trippia e Baracat (2013), a abolição não equiparou negros e brancos, fato que fez permanecer a dependência econômica da população negra, bem como o estereótipo ligado à sua raça; os postos de trabalho foram ocupados pelos imigrantes europeus e para os negros a submissão às tarefas de piores remunerações.

Posterior ao período escravagista e a Abolição, as mulheres negras eram relegadas a ocupação de trabalhos subalternos, fato que permanece ainda atualmente, quando se é verificado que os principais postos de emprego ocupados pelas mulheres negras brasileiras são os relacionados aos trabalhos domésticos,

informais e os relacionados aos serviços gerais, em particular, os de limpeza.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, aponta, como dados, que mulheres e pretos, além de nordestinos e pessoas com baixa instrução, são os brasileiros cujo a remuneração salarial é a mais baixa no país. De acordo com os dados sistematizados referentes ao ano de 2018, as mulheres tem uma taxa de remuneração de 21,2% a menos que os homens. Em relação a população negra, as pessoas pardas recebem remuneração 42,7% inferior aos brancos, enquanto a população preta tem um diferença de 43,5%. A pesquisa também mostra que apesar das mulheres serem uma parte superior da população, o mercado de trabalho é composto majoritariamente por homens⁵.

A partir desses dados é possível inferir, fazendo-se uso de uma análise interseccional, que a situação da mulher negra no mercado de trabalho se dá de forma extremamente precária, subalterna e com baixa remuneração, considerando-se a particularidade das mulheres negras na sua condição de gênero e de raça, tendo uma remuneração menor por ser preta e novamente diminuída por ser mulher.

Essa diferença na rentabilidade auxilia na manutenção da hierarquia de gênero, perpetuando a submissão da mulher ao homem já culturalmente difundida na sociedade através do patriarcado, contribuindo como base para discriminação e violência. Também é possível considerar que mesmo com a conquista de alguns direitos igualitários, principalmente, os constitucionais, os mesmos são dificultados perante o gênero, já que o patriarcado estabelece que há lugares específicos para ocupação da mulher e também afetado pelo baixo poder aquisitivo da mulher.

Até mesmo quando uma dessas mulheres consegue alcançar um lugar de destaque dentro do mercado de trabalho, fugindo das formas de ocupação historicamente ocupadas pela população negra como atividades ligadas principalmente, ao trabalho doméstico, recebem da sociedade estranhamento e uma certa indignação e encarando dúvidas sobre sua capacidade para determinado trabalho. Para além disso, suas decisões e atitudes encontram uma vigilância que é

⁵ Mulheres, pretos, nordestinos e pessoas sem instrução são os brasileiros com salário mais baixo, mostra IBGE. Disponível em https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/mulheres-pretos-nordestinos-e-pessoas-sem-instrucao-sao-os-brasileiros-com-salario-mais-baixo-mostra-ibge.ghtml?fbclid=IwAR1eQ1ldHRa3bWzm3eNQmQXJQ6IQ-HQj-9eerpR__hJGgwRUUdyIkAeBFRg

ausente para os trabalhadores brancos que exercem a mesma atividade; quando ocupam cargos de destaques, as pessoas negras são atacadas e recebem tratamento diferenciado, principalmente em situações de falha.

Tal discussão é trazida por Carneiro (2009), quando a autora apresenta, como exemplo, o que ocorreu com a ex-ministra Matilde Ribeiro, demitida devido a suspeita de uso indevido de finanças públicas ou erro administrativo (p.50), tendo exposição diferente de casos semelhantes e mais graves, foi abandonada pelo seu partido e não recebeu nenhuma expressão de solidariedade como em caso semelhantes nos quais os 'acusados' era homens brancos.

Caso semelhante a ser mencionado é o da ex-governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva. Nas manchetes havia menção da sua condição de mulher negra e de favela, mas dando espaço para que além da ineditariedade de tal fato, ficasse subentendido uma inconformidade com o cargo a qual ocuparia, sem contar o estranhamento pela escolha de sete negros para compor sua equipe, de um total de trinta e seis secretários, portanto, esse tipo de estranhamento não ocorre quando são nomeados apenas pessoas brancas, em sua maioria homens (CARNEIRO, 2009),

É verificado também que as mulheres negras enfrentam maiores dificuldades na área da saúde, e com aumento da violência, do que o verificado em relação às mulheres brancas, como aponta Santos (2009, p. 3),

O percentual de mulheres negras que não possuem acesso ao exame ginecológico é 10% superior ao número de mulheres brancas; pesquisa de 2004 revela que 44,5% das mulheres negras não tiveram acesso o exame clínico de mamas, contra 27% das mulheres brancas; entre 2000 e 2004, a infecção por HIV/AIDS subiu de 36% para 42,4% entre as mulheres negras, enquanto na população feminina branca, a incidência de casos diminuiu, no mesmo período. Vale salientar, ainda, que as mulheres negras possuem menor acesso a anestesia durante o parto e a esterilização cirúrgica; apresentam menor expectativa de vida se comparada às mulheres brancas; e, 58% dos óbitos de jovens negras por causas externas referem-se a assassinatos.

Em relação à violência contra mulher, o Atlas da Violência de 2019 traz dados importantes, como de que 13 mulheres são assassinadas por dia, sendo, 66% delas, mulheres negras. Além disso a taxa de homicídios de mulheres negras no período de 2007 até 2017 cresceu em 29,9%, enquanto para mulheres não negras teve um crescimento de 4,5%. Os dados referentes a homicídio, de forma geral, mostram que

75,5% das vítimas no Brasil em 2017 eram negras, sendo em sua maioria homens e jovens. Considerando o marcador de sexualidade, a partir do Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018⁶, temos que 97,5% dos números de assassinatos foram realizados contra mulheres transexuais; e em 82% dos casos de violência, as vítimas foram identificadas como pessoas pretas e pardas, ou seja, negras.

Com base nesses dados é possível perceber que as desigualdades raciais estão relacionadas com a violência. Faz-se válido salientar que ainda que o número de homicídios seja superior aos homens, o recorte racial e de idade permitem relacioná-los as mulheres negras, principalmente, as mães desses jovens, que em suas vidas lidam diariamente com o medo e a angústia pela perda de um filho, considerando, principalmente, os episódios de imprudência e violência policial que fazem parte do projeto genocida para com a população negra.

As mães das vítimas de chacinas urbanas interiorizam um terror aparentemente difuso, cujos riscos estão apenas também aparentemente distribuídos de forma homogênea na sociedade. Na realidade, se está diante de uma grave seqüela da questão social no Brasil contemporâneo, que é o extermínio em série de jovens – em sua maioria, pobres e negros – de grandes centros urbanos. Estes jovens, no século XXI, repõem a luta por direitos em um outro lugar – pugnam pelo direito a um dos mais básicos dos direitos civis – o direito à vida (ALMEIDA, 2001, p. 10).

Nesse contexto as mulheres negras têm uma vivência diferenciada em relação às mulheres não negras, fazendo com que a maternidade dessas mulheres inclua a luta contra violência e reconhecimento das mortes dos seus filhos (ALMEIDA, 2001) e que por vezes, acaba por atingir a sua saúde mental.

As lutas das mulheres negras são visualizadas em suas conquistas, até mesmo no campo político institucional de âmbito internacional, mas é necessário que se tenha cautela na sua legitimação perante o Estado, para que não caia na cooptação governamental e não perca suas expressões revolucionárias, radicais e subversivas. A visibilidade da mulher negra trouxe a elas políticas públicas minimamente garantidoras de seus direitos, como a participação em espaços renomados para discussão e ampliação à essa militância (RODRIGUES; PRADO,

⁶ Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>

2010).

A partir deste debate, é possível verificar que nós, mulheres negras temos nossas particularidades perpassadas por nossa condição de gênero e raça, sendo constantemente atingidas pelo racismo e o machismo imbricados na estrutura social do país. Nesse sentido faz-se necessário que nós nos organizemos de forma a objetivar um acolhimento, fazendo assim, com que haja um processo inclusivo de democracia emancipatória, visando uma totalidade na resolução de nossas demandas, e sobretudo uma igualdade de direitos dentro da nossa sociedade.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO E O EMPODERAMENTO NEGRO: PERSPECTIVAS ANTIRRACISTAS

Para abordar o feminismo negro é necessário trazer à discussão o Movimento Negro em si, pois após a Abolição da Escravatura e da Proclamação da República no país, os negros e negras foram libertos, não tiveram nenhum tipo de ganho, nem simbólicos nem materiais, além de serem marginalizados pela sociedade brasileira. A partir desse momento, suas principais reivindicações giravam em torno da luta contra a discriminação e o racismo, como a defesa de sua cultura e história negras e pela posse de terra.

Ainda nessa primeira fase do movimento negro brasileiro, em 1931, é fundada a Frente Negra Brasileira (FNB), uma das organizações negras mais importantes do país, que apesar de possuir algumas contradições, foi conseguindo atrair milhares de pessoas negras e transformando o movimento negro do Brasil em um movimento de massa, onde as mulheres não tinham apenas presença simbólica, mas ativa dentro da organização.

Foram grandes os enfrentamentos contra a massacrante repressão no período de vigência da ditadura militar, mas, após esse período, houve o ascenso do movimento negro junto aos outros movimentos sociais. Porém, esses movimentos surgiram a partir de organizações mais fragmentadas e sem tantos envolvimento políticos, que só retorna à cena pública, em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), influenciado, externamente, por Martin Luther King, Malcom X, organizações negras marxistas, tais como os Panteras Negras, que lutavam a favor de direitos civis dos negros nos EUA e, internamente, por orientações marxistas e trotskistas, em que entendiam que a luta antirracista não podia ser desvinculada da luta revolucionária anticapitalista, de acordo com a concepção de que o capitalismo se alimenta e se beneficia do racismo e que apenas com a queda desse sistema seria possível o fim da discriminação racial (DOMINGUES,2017).

O feminismo negro internacional; como conhecemos, começa a ganhar força entre os anos de 1960 e 1980, e no Brasil, particularmente, a partir dos anos 1980.

Porém, muito antes disso, houveram mulheres negras lutando para serem consideradas pessoas, visto que elas nunca foram consideradas frágeis, preciosas, ou mesmo humanas. Essa questão constitui-se o cerne da existência das mulheres negras, desde o período da escravidão e no pós-abolição, pois elas sempre trabalharam duro para sobreviver.

Apesar de existirem relatos de participação de mulheres negras no Encontro Nacional de Mulheres, realizado em março de 1979, os coletivos feministas negros foram se consolidando, de fato, a partir de 1985, no III Encontro Feminista Latino-Americano ocorrido em Bertioga - SP, de onde emerge a organização de mulheres negras como expressão coletiva, pretendendo adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, acontecem alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras, o que ocasiona em um pouco mais de visibilidade e importância à essa militância (RIBEIRO, 2018).

É válido registrar também, embora brevemente, sobre o movimento feminista, que surge na esperança da igualdade de gênero, visando adquirir direitos democráticos como voto, educação, trabalho e até mesmo pelo direito aos métodos contraceptivos. A militância buscava alcançar os mesmos direitos que os homens possuem, pois através de estudos, pretendiam provar que ambos corroboram do mesmo poder cognitivo para a realização de determinadas tarefas.

Esse movimento teve suas primeiras expressões durante a Revolução Francesa, impulsionado pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, reivindicando direitos civis e políticos iguais a todos e a todas, caracterizando, assim, a primeira onda feminista. Essa resistência das mulheres ameaçava a sociedade burguesa nascente do processo revolucionário burguês, que atuou reprimindo a organização das mulheres, justificando a limitação dos seus direitos e participação política devido a não contribuição ativa no funcionamento público, e, portanto, reafirmando a hierarquia familiar baseada no homem como chefe da família e esta como base constituída da organização social, reforçando assim o patriarcado (GURGEL, 2010).

O direito das mulheres ao voto só foi alcançado no Brasil em 1946, mas ainda hoje existem muitos países onde a mulher ainda não tem esse direito. Há países em que as mulheres são condicionadas ao casamento de acordo com a vontade dos

pais e familiares, mesmo sendo ainda muito jovens, recém saídas da infância, algumas vezes tratadas como moedas de trocas em acordos comerciais, sendo condicionadas, em alguns lugares, às práticas de mutilação e submissão sexual de acordo com a cultura nacional local fomentada pelo machismo e pelo patriarcado.

São contra essas formas de opressão, contudo, que o Movimento Feminista vem lutar, pois a mulher de fato existe e ao contrário do que muitos pensam, o movimento não almeja a superioridade da mulher em relação ao homem, mas sim colocá-los no mesmo patamar de igualdade, para que assim se extinga a discriminação de gênero e se alcance a igualdade entre os mesmos.

Algo dificultador, na aliança feminista entre as mulheres brancas e as mulheres negras, é o fato de que as brancas acreditam que as opressões sofridas pelas mulheres são as mesmas, não entendendo as especificidades das negras que sofrem opressões muito mais severas. Além disso, as mulheres brancas feministas não conseguem reconhecer seus privilégios sobre as mulheres negras. Não existe universalidade entre as mulheres, existem opressões de diversos níveis, de acordo com sua raça, e, enquanto isso não for reconhecido respeitado e colocado como objeto da luta feminista, fica difícil uma unidade entre as mulheres, o que acarreta mais fragmentação e reproduz opressões e exclusões (RIBEIRO, 2018).

A violação colonial sofrida no Brasil trouxe particularidades às mulheres, principalmente, as negras, que trazem, como herança desse período histórico, os marcadores sociais de diferença e discriminações, como gênero, raça e classe. Considerando essa particularidade se faz emergente um feminismo que alie o combate ao machismo e ao patriarcado, mas articulado ao combate ao racismo e às questões de classe (ARRAES, 2014).

Em resposta à essa desigualdade sofrida pelas negras, não somente na sociedade, mas também dentro do próprio movimento feminista, na medida em que, a partir da universalização da cultura ocidental, omitia-se a centralidade da questão racial nas relações hierárquicas de gênero, bem como as relações de dominação e exploração de não-brancos pelos brancos (BAIRROS, 2000 *apud* CARNEIRO, 2003, p.120) tornou emergente o surgimento do movimento feminista negro.

Esse movimento que também é chamado de Feminismo Negro, tem sua

particularidade enraizada justamente no peso da escravidão sofrida por suas anciãs, e da humilhação advinda dos abusos e da falta de valorização da mulher negra. Há então uma busca incessante das militantes do movimento pela igualdade, buscando dar fim à opressão sofrida pelas mulheres no geral e buscando também a superação das desigualdades raciais, instituindo, no ideário feminista, “um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta feminista de representar as necessidades e os interesses do conjunto de mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 121).

Entendemos então que o Movimento Feminista Negro é enraizado no Movimento Negro, pois busca o fim do racismo como composição societária estrutural. Da mesma forma que está vinculado ao Movimento Feminista, quando não aceita e intervém nas opressões que as mulheres sofrem, por serem consideradas inferiores aos homens (BERTH, 2019).

Porém, as mulheres negras carregam consigo particularidades enraizadas em sua existência desde a infância, de terem passado pelas mais variadas situações de preconceito, sentindo o peso da solidão nas brincadeiras de escola. Ser mulher negra, portanto, é perceber que as portas não são abertas da mesma forma quão são para uma pessoa branca.

Cabe ressaltar, nos espaços de socialização, seja na rua ou na escola por exemplo, o desprezo dos colegas brancos, com brincadeiras desagradáveis a respeito do tipo de cabelo das pessoas negras. Portanto, no sentido de copiar o modelo de cabelo dos brancos, as pessoas negras submetiam a vários processos químicos de transformação capilar, em busca de um cabelo que jamais conseguiria atingir, ou até mesmo colocando toalhas ou panos na cabeça, como se fossem cabelos longos e lisos, o que reforça a dor da discriminação. “A vontade de ser aceita nesse mundo de padrões eurocêtricos é tanta que você literalmente se machuca para não ser a neguinha do cabelo duro que ninguém quer” (RIBEIRO, 2018, p. 11).

O feminismo negro surge, portanto, da não conformidade desses tipos de vivência e situações desrespeitosas, que afetam diretamente a autoestima da mulher negra. Dessa forma, as demandas existentes, em suas particularidades, passaram a ser representadas, o que outrora não se realizavam plenamente nos

movimentos feminista e negro, incorrendo numa organização coletiva que busca um combate contra-hegemônico de superação da perpetuação de sua condição subalterna, o que constitui um dos principais desafios desse movimento (MACHADO, 2017).

A principal diferença entre os movimentos feministas e o feminismo negro é que no primeiro caso, as mulheres militam pela igualdade de gênero e no segundo caso, a luta vai além, pois a igualdade entre os gêneros por si só, não garante a igualdade racial. Ou seja, a luta do movimento feminista é grande, pois reivindica igualdade de salários e direitos, oportunidades iguais para homens e mulheres, pois ambos têm a mesma capacidade física e mental para o desempenho das diversas funções. Contudo, a militância do feminismo negro é mais ampla, pois as mulheres negras necessitam ser vistas e enxergadas de fato, como parcela quantitativa e altamente atuante (ARRAES, 2014). Elas precisam ter voz ativa, precisam ser ouvidas em suas necessidades, assim, a sociedade precisa entender que a mulher negra tem capacidade de estar e atuar onde ela desejar, pois possui capacidade para tal. É crucial, então, que a resistência comece pela aceitação e reconhecimento da mulher como negra:

Uma afirmação da importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras é o primeiro tema-chave que permeia declarações históricas e contemporâneas do pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminista afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas como imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016 *apud* BERTH, 2019, p. 24).

Muito importante também é entender que,

O prefixo “auto” cabe aqui como indicativo de que os processos de empoderamento, embora possam receber estímulos externos diversos da academia, das artes, da política, da psicologia, das vivências cotidianas etc., é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista. Há que se definir esses parâmetros, uma vez que a ausência dessas considerações provoca a execução inversa do que prega o conceito de empoderamento, pois não fornece estratégias para a libertação individual a serviço da emancipação coletiva, mas cria sistemas de dependência em que indivíduos negros ou de outras vivências de gênero não apenas deixam de entender o significado, como passam a usar a serviço de suas reproduções das práticas

internalizadas de racismo e sexismo (BERTH, 2019, p. 25).

O fortalecimento da participação das mulheres negras abre caminho ao reconhecimento da ampla diversidade da composição das mulheres no movimento feminista, trazendo à tona, além da questão étnico-racial, as questões regionais, socioculturais e econômicas, acolhendo também as demandas particulares dos mais diversos segmentos de mulheres.

Essa articulação coletiva das mulheres negras propiciou e ainda propicia imensas conquistas para a população feminina e negra. No entanto, essas conquistas são limitadas ou ampliadas de acordo com o projeto hegemônico em vigor em determinado contexto e que muitas vezes, sendo representante da classe dominante e tensionado por ela, realiza cortes e precariza direitos outrora coletivamente conquistados, atuando na perpetuação da subalternidade das ditas minorias raciais pela hegemonia de poder da classe burguesa.

Nesse contexto o movimento feminista negro passa a objetivar uma transformação societária mais profunda, buscando a democracia, a conquista de espaços políticos e a plena igualdade entre os indivíduos, o que é possível, de acordo com a perspectiva gramsciana, a partir da multiplicação de aparelhos privados de hegemonia, o que se realiza cada vez mais no contexto neoliberal, através de organizações não-governamentais (ONG), mas também de grupos, coletivos e redes – novas formas de organizações da sociedade civil- como espaço de formação política e de captação de recursos, que no entanto, algumas vezes, pode retirar o caráter autônomo de determinadas organizações (MACHADO, 2017) como traz Fontes (2010) a partir de Machado (2017)

o problema do financiamento desfigura um fator fundamental para as organizações populares: a noção de autonomia. Fontes afirma que "a autonomia de classe depende também de sua capacidade de autofinanciar-se, isto é, de ser capaz de prover a existência de suas próprias organizações" (FONTES, 2010, p. 238 *apud* MACHADO, 2017, p. 9).

No entanto, essas formas de organização ainda se apresentam como estratégicas, tomando a referência organizativa, para visibilidade e publicidade de suas ações políticas.

A compreensão das obras das pensadoras negras, é muito relevante para que os estudos acerca do Feminismo Negro sejam ampliados, pois essas mulheres desde sempre buscavam estratégias de enfrentamento ao racismo, criando entre elas redes solidárias, como forma de resistência e luta. Afinal as mulheres negras não podem ser vistas também, somente no lugar de oprimidas, mas, contudo, é necessário enxergá-las como exemplo de luta e resistência contra as opressões, superando as violações estruturais e abrangendo de forma extensa a característica central do conceito de humanidade (BERTH, 2019).

Destaca-se ainda, a tamanha crueldade e a violência exacerbada que o racismo, aliada ao sexismo, é capaz de fazer na vida das mulheres ainda nos dias atuais, visto que a discriminação não se acaba, ela apenas se camufla dentro da sociedade, tentando a todo tempo silenciar essas mulheres que estão em busca de serem reconhecidas apenas como pessoas com direitos e oportunidades iguais, respeitando-se a diferença e particularidade de cada ser humano, como afirma Ribeiro (2018),

Somos pessoas diferentes, sujeitos diferentes. Há dias em que me sinto forte, há dias em que me sinto fraca, há dias em que não quero ver ninguém, há dias em que rio muito. Todo dia é diferente. Há dias em que faço piada, há dias em que choro. Isso faz parte desse processo de humanização, porque o racismo não nos deixa ser humano. O racismo nos coloca fora da condição humana, e isso é muito violento. Muitas vezes achamos que o alcance dessa humanidade se dá através da idealização. Se o racismo diz que eu não sei, vou dizer que sei ainda mais. E para mim é muito importante desmistificar isso. Quero ser eu, não quero ser idealizada nem inferiorizada. E, assim como todas as pessoas, quero dizer que há dias em que sei e dias em que não sei. Às vezes choro e às vezes rio, às vezes quero e às vezes não quero. Quero ter essa liberdade humana de ser eu (RIBEIRO, 2018, p. 84).

É possível encontrar obras muito coerentes e profundas sobre a situação do negro no país, assim como sobre a particularidade da mulher negra. Portanto,

Entendo, ainda, de suma importância destacar e levar ao conhecimento de pessoas que se interessam pelo tema da produção intelectual de homens e, sobretudo, mulheres negras, uma vez que essas contam com ainda maior invisibilidade, apesar de seus brilhantes e fundamentais contribuições (BERTH, 2019, p. 34).

Sendo assim, o empoderamento da mulher negra, deve ser compreendido como enfrentamento ou fortalecimento, visto que o Movimento Feminista Negro não

almeja retirar poder de brancos e/ou de homens para tomar o poder para si, com inversão dos polos de opressão. O enfrentamento é para que haja a eliminação da situação injusta das desigualdades, para que prevaleça a equalização de existências na sociedade (BERTH, 2019).

3.1 Empoderamento Negro

Muitas pessoas, vem se equivocando no uso do termo empoderamento, como se fosse algo particular, individual ou mesmo de auto superação. Portanto sobre esse termo e suas aplicações no cotidiano da mulher negra, é necessário afirmar, que

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994 *apud* BERTH, 2019, p. 23-24).

É de suma importância que se compreenda o verdadeiro sentido e emergência conceitual do empoderamento, visto que o termo tem sido usado muitas vezes de forma solta, onde não há a real compreensão do seu sentido. Berth (2019) nos afirma que,

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização e autorreconhecimento, e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto à sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive em prol da coletividade (BERTH, 2019, p. 21).

Alguns teóricos não gostam da palavra empoderamento, preferindo citar como fortalecimento. Mas o importante é clareza de saber que empoderar significa subverter a lógica atual, pensando em caminhos de rompimento com o que está posto e com todas as formas de opressão historicamente vivenciadas (BERTH, 2019). Um indivíduo empoderado, precisa empoderar outros indivíduos, pois se isso não acontece, ele está agindo de forma individualista e não coletiva. E é, segundo Berth (2019) somente de forma coletiva, com uma luta em massa, que se torna possível o alcance de resultados positivos. Nesse sentido, a autora ressalta que,

Essa visão superficial, que se descola daquela proposta pelas feministas do Sul Global, levou a desentendimentos, ou melhor, ao entendimento de que empoderamento feminino é a superação individual de certas opressões, mas sem romper de fato com as estruturas opressoras. Explico: é julgar que se empoderar é transcender individualmente certas barreiras, mas seguir reproduzindo lógicas de opressões com outros grupos, em vez de se pensar empoderamento como conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições apresentam (BERTH, 2019, p. 51).

Não é válido dizer que um indivíduo é empoderado, se todo o seu grupo não for empoderado. É importante se atentar para um processo de empoderamento grupal, afinal, os grupos são formados por pessoas individuais que se reúnem num mesmo propósito, de forma gradual e processual, na perspectiva da sua emancipação (BERTH, 2019). Isso nos faz entender a importância do coletivo, pois a ideia de pessoas empoderadas vão além da auto-superação individual. É necessário o rompimento com essa lógica do negro inferiorizado estruturalmente, posto na formação social brasileira como explicitamos no capítulo um deste trabalho.

O empoderamento individual e coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento. É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta às transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. Em outras palavras, se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem vinda, desde que não se desconecte da sua razão coletiva de ser (BERTH, 2019, p. 54).

O empoderamento é completamente ligado à criticidade sobre a realidade vivenciada, porém todo o pensamento crítico do indivíduo não o retira das situações opressoras e violentas estruturalmente destinados a ele na complexa relação social capitalista.

Outra dificuldade que os grupos enfrentam no processo de empoderamento advém da educação básica sucateada historicamente no país, o que dificulta o processo da inconformidade da situação degradante vivida pela população negra, assim como dificulta a formação de uma identidade crítica e mesmo de organização política.

Não podemos esquecer de mencionar também o silenciamento compulsório das mulheres negras, o que aumenta ainda mais as opressões e limita as discussões à respeito da questão racial e também da igualdade de gênero. Não existe interesse dos grupos dominantes em alavancar essas questões, e isso é tão forte, que muitas vezes, os negros se recuam no processo de luta, por não encontrarem suporte para tais questões (BERTH, 2019).

Não é interessante para a classe dominante criar indivíduos pensantes, que sejam críticos e inconformados com o racismo e a desigualdade estruturalmente imposta. Afinal é melhor manter uma sociedade composta por pessoas que aceitam as situações de subordinação e exploração sem reclamações, em busca do mínimo para sua sobrevivência e de sua família, e talvez, esse seja o motivo de uma educação pública sucateada pelas gestões públicas no país.

Sobre silenciamento e ignorância prejudicial a grupos oprimidos, podemos também pensar a realidade das mulheres negras a partir da ativista negra brasileira, Monique Evelle, em 2015, quando afirmou em palestra: "nunca fui tímida, fui silenciada". Essa afirmação denuncia um sistema que funciona a partir da opressão pelo apagamento, o que também está na fala da feminista negra caribenha Audre Lorde quando diz que "o peso do silêncio vai acabar nos engasgando". Assim como Dotson, Lorde reflete que tal silêncio não é individual, mas um silenciamento institucional, uma conduta, uma ação que provoca esse silenciar de grupos subalternizados (BERTH, 2019, p. 58).

A população negra foi escravizada e depreciada por gerações, mas essa situação não findou, pois ainda hoje, ela continua escravizada, porém de uma forma oculta, com um racismo velado, onde a sociedade professa ser contra as discriminações, mas age de forma a reforçá-las. Berth (2019) discorre que ao

tomarmos a perspectiva de análise interseccional, a mulher negra é violentada em várias esferas, sofrendo preconceito racial, preconceitos machistas e sexistas, além da desigualdade entre as classes, o que a torna vulnerável às piores situações possíveis existenciais.

O pensamento de feministas negras abre dimensões importantes do trabalho de empoderamento, ao mesmo tempo que define a necessidade de interligação entre essas dimensões e que não se pode dissociar os processos individuais dos processos coletivos (BERTH, 2019, p. 61).

O processo do empoderamento, também engloba a urgência de abordar as diretrizes do Feminismo Negro, de uma forma não somente identitária, mas como base de um processo de transformação social, visando às necessidades das mulheres negras, seu processo de emancipação, dando a elas voz. Segundo Berth (2019), isso com certeza traz desconfortos à população que vive em situação de privilégios, que acredita possuir esses mesmos privilégios por direito, e por isso não buscam a igualdade, pois reafirmam a sua existência não somente como classe dominante, mas também como raça superior. Portanto, esse também é mais um motivo para que as mulheres negras, venham buscar meios de alavancar o processo de empoderamento da coletividade, pois assim, voltam à atenção para um processo de transformação social real, concreto e palpável.

Esse fortalecimento também será pautado pela representatividade, pois a medida que nos vemos de maneira positiva nos espaços mais diversos é que podemos reconhecer e assimilar a possibilidade de nossa própria imagem como positiva também. Muitas são as formas de se trabalhar esses movimentos que são inerentes e se intercalam em intensidade e o principal deles é o imagético. Precisamos nos ver de forma positiva, literalmente, pois essas imagens vão ressignificar o imaginário que será abalado e simultaneamente reconstruído. O cinema, o teatro, a televisão, a moda, a música, a dança e todas as expressões artísticas serão ferramentas importantes para que isso seja colocado em prática e justamente por isso esse é um dos campos mais perversos em relação ao racismo atuante. Nesses trabalhos de trabalho imagético, somos sistematicamente excluídos, dando a idéia de que não existimos enquanto seres artísticos e, portanto, portadores de estética desejável ou, ainda, somos colocados em número desproporcional em relação aos brancos e em lugares de pouca visibilidade. Há também a representação negativa e/ou fortalecedora dos estereótipos já consolidados como do homem negro perigoso, a mãe preta, a mulata fogosa entre outros (BERTH, 2019, p. 124-125).

Berth (2019) ainda afirma que para que o empoderamento seja um processo gradativo, é necessário também conscientizar as crianças negras desde cedo a se

aceitarem, com seus biotipos e seus fenótipos, incluindo nessa lista o formato corporal, traços do rosto, tipo de cabelo, formato do nariz e dos lábios; características essas que são motivo de depreciação vexatória e escárnio constantes, inclusive na mídia.

É fato que o Feminismo Negro ou o Movimento de Mulheres Negras, dentro dos feminismos, foi responsável pelo resgate conceitual e ressignificação do empoderamento. Tendo como fator limítrofe a permanência na base da pirâmide social, esse resgate mostra-se fundamental para nossa movimentação na luta pela quebra da formação hegemônica dessa pirâmide. Podemos chamar de resgate porque não é novidade para os movimentos de mulheres negras a necessidade de busca por processo de empoderamento como condição de sobrevivência. Ainda que as teorias tenham nascido das mãos de homens brancos, foram as práticas interseccionais que cunharam, de forma irreversível, esse conceito no rol de ações e estratégias de luta de todos os movimentos por emancipação e libertação sociopolítica. Muito antes de nos sabermos feministas e nos posicionarmos nessa trincheira de luta por ajustes sociais, já praticávamos intuitivamente o conceito de empoderamento, aplicando em nossas vidas e na vida estratégias de fortalecimento da autoestima e de reconhecimento de nossos potenciais (BERTH, 2019, p. 125).

Por isso, retornamos ao fato de que, o empoderamento é um processo, pois não é fácil para uma criança crescer amando sua imagem, se o tempo todo a sociedade, a televisão, a internet e afins, fazem questão de afirmar que não é uma imagem bonita.

Não é possível passar por um processo de empoderamento produtivo se não nos fortalecermos e nos encontrarmos dentro da nossa própria pele. Sem um trabalho contínuo para erradicar do lugar naturalizado da sociedade a crença de que pessoas negras são inadequadas, desprovidas de harmonia e beleza física, fica extremamente difícil para esses sujeitos atingidos diretamente por essa ideologia do padrão branco como única forma aceitável, criar mecanismos interiores de autoamor e autovalorização. Principalmente quando consideramos que nas culturas ocidentais o belo/bonito é sinônimo de superioridade, ou seja, ultrapassa o campo da estética uma vez que o senso comum aponta que tudo que é bonito só pode ser bom. Exemplo disso são os contos de fada ainda difundidos e propagados, ainda que atualmente exista uma tendência se firmando baseada na diversidade, mas que continuam com viés principal de demarcar o espaço de vilãs, vilões, heroínas e heróis através da beleza (BERTH, 2019, p.120-121)

Toda essa inferiorização da estética negra é de cunho extremamente sociopolítico, no sentido de explicar a superioridade dos brancos. Portanto, segundo Berth (2019), empoderar-se não significa atingir um padrão estético aceitável à

sociedade, mas sim, se auto-aceitar, reconhecendo sua origem e sua ancestralidade, com criticidade argumentativa contra toda desigualdade sofrida. Isso é resultado de um processo gradual e a representatividade é crucial, porque quando se ocupam os mais diversos espaços que anteriormente só os brancos acessavam, pode-se assimilar essa imagem às coisas positivas também. Por isso, cada vez mais as mulheres negras se movimentam e se organizam contra essa lógica machista e racista tão naturalizada, buscando modos de fortalecimento dos mais variados campos da vida.

O fato é que, ao conseguirmos erradicar em nós a estratégia racista de despersonalização e alienação da imagem negra, nos fortalecemos e podemos caminhar gradativamente rumo à aceitação da autoimagem e posterior admiração por ela. Como podemos reagir às agressões do mundo exterior se, ao nos separarmos com o nosso reflexo no espelho, o único sentimento é de inadequação e repulsa pela aparência que caracteriza nossa identidade? O que nos motivaria a lutar por emancipação e equidade racial e de gênero se carregamos um sentimento constante de distorção e não pertencimento pautado pela estética que aponta ausência de beleza e, portanto, de qualidades humanas louváveis? Nos versos de "Sou função", do grupo Racionais MC's, os compositores escrevem que "se ser preto é assim ir à escola pra quê?/ Se meu instinto é ruim e eu não consigo aprender". O fortalecimento visível de sujeitos brancos, bem como suas manifestações de liberdade e aceitação em toda e qualquer situação, por mais tímido ou retraído que possam ser, nos indica que é impossível o pleno desenvolvimento e o gozo da cidadania plena sem admiração por si mesmo, pela sua imagem, sua cultura e sua história. Pessoas negras, em especial, mulheres negras, assimilam isso e trabalham esse aspecto, conscientemente ou não. E o instinto de sobrevivência foi facilitador para adentrarmos esse campo e propagarmos técnicas e modos de articulações positivas, capazes de aquecer, aproximar e trocar diversas experiências fortalecedoras, inclusive entre gerações diferentes (BERTH, 2019, p. 126-127).

No Brasil, a imagem dos negros sempre foi de depreciação pela classe dominante, como uma forma de defesa do racismo e da inferioridade. Porém, apesar de estar muito distante da eliminação do racismo, é inegável que muitos avanços estão ocorrendo, onde empresas capitalistas estão investindo nos cuidados da pele e cabelo das mulheres negras. Isso antes era algo que não ocorria, como se essas mulheres não tivessem vaidade e como se não consumissem no mercado da estética. E isso, apesar de simbólico, é importante na valorização da estética negra como naturalmente bela também. Lembrando, claro, que esses e os outros diversos produtos apresentados à população negra, fazem parte do processo capitalista ao qual nossa sociedade é pertencente.

Criar mercado às mulheres negras, não significa que seja gerado um processo de cidadania, pois na verdade, isso acontece visando apenas o comercial, visto que a cada dia mais cresce a população negra, que consome e gera lucro ao capital. Além disso, pode-se notar também que em propagandas e eventos de divulgação de certos produtos voltados a beleza negra, muitas vezes são utilizadas mulheres negras de pele mais clara, com traços considerados mais finos, sendo o mais próximas possível do ideal de beleza eurocêntrico, sinalizando o interesse econômico sem realmente democratizar o espaço da beleza.

A construção da beleza feminina é perversa, pois ela também é machista ao extremo, visto que até às mulheres brancas, vistas como bonitas, para serem consideradas interessantes, precisam ter formas que sejam atrativas aos homens. Segundo Berth (2019) esse também é um dos motivos pelos quais as mulheres brancas não podem aceitar essa vantagem de não saberem o que é ser excluída permanentemente da sociedade, pois elas também sofrem com os reflexos do patriarcado naturalizado.

A afirmação da estética negra é, sim, um combate difícil diante de todas as estratégias de negação e alienação de mentalidades negras acerca da validação de sua aparência. Podemos seguramente afirmar que esse movimento vem sendo realizado com mais responsabilidade nas lutas do Feminismo Negro, que vem abrindo espaço nas mídias hegemônicas, no mercado da cosmetologia e da estética, na moda etc., uma vez que muitas mulheres se inspiram na aparência de muitas feministas negras - ou mesmo aquelas que não tem nenhum vínculo ideológico com o Feminismo Negro - que avançaram dentro do que o cerco racista permitiu, tensionado um sistema petrificado que excluía e/ou colocava beleza da mulher negra como exótica, casual ou esporádica (BERTH, 2019, p. 134).

Por fim, ressalta-se, então, a importância de um fortalecimento econômico da mulher negra, para que assim haja condições de oxigenação do processo de empoderamento onde abrange também um fortalecimento estético e afetivo, ampliando o Feminismo Negro ao conceito de humanidade de forma individual e coletiva (BERTH, 2019), lembrando que a representatividade não significa empoderamento, mas traz frutos ao processo coletivo de empoderamento, onde ocorre a quebra de paradigmas, e leva a diminuição das desigualdades racistas e sexistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura exposta ao decorrer deste trabalho, podemos concluir, com muita precisão, sobre a precária situação da mulher negra no Brasil, na medida em que essa sofre opressões diárias, advindas desde o período escravocrata até os dias atuais, numa demonstração explícita de que o machismo e o racismo não se extinguem, apenas se dissolvem de acordo com a temporalidade e reaparecem com outras roupagens.

As mulheres negras sempre foram vistas como objeto sexual para dar prazer aos homens, sendo sempre humilhadas, rebaixadas e com sua fisionomia depreciada. Porém, como nunca foram vistas como mulheres frágeis, que precisam de proteção, aprenderam a dizer não aos maus tratos e a lutar contra as opressões, afinal sempre tiveram que ter força e garra para sobreviver.

O Movimento Feminista Negro, então, vem na inconformidade dessas opressões de raça e de gênero, abarcando suas especificidades. Portanto, toda essa movimentação é importante para que a sociedade pare de tratar as mulheres negras como invisíveis ou desnecessárias. Na verdade, elas são a maioria da população brasileira, ou seja, são pessoas que trabalham, estudam, se informam, consomem, se relacionam etc como qualquer outra pessoa, assim, não podem continuar sendo tratadas como inferiores e subalternizadas.

Angela Davis, em mais uma de suas visitas ao Brasil, em particular, em Salvador, em julho de 2017, resumiu plenamente a importância da luta das mulheres negras: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo"⁷.

Nosso objetivo com esse trabalho foi de identificar as opressões sofridas pelas mulheres negras, sua invisibilidade e seu lugar de subordinação perante a sociedade brasileira. Tomando como referência a hipótese, portanto, de que o racismo modifica suas formas de opressão, mas não se extingue, pois entre gerações e gerações, a mulher negra continua sendo a menos privilegiada, ou até mesmo a única que não tem nenhum tipo de privilégio.

⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html

Toda essa estrutura machista e racista, aliada ao capitalismo, faz com que essas mulheres não ocupem postos de trabalho com cargos elevados; mesmo possuindo qualificação, pois essas vagas são ocupadas por pessoas brancas, principalmente, por homens brancos. Mulheres e homens negros sofrem preconceito o tempo todo, sendo constantemente estigmatizadas, vistas ou comparadas a bandidos, marginais, pessoas más ou até mesmo pessoas sujas e sem valor.

É válido apontar que apesar dos marcadores sociais de gênero e raça, a vivência da mulher negra no Brasil, perpassa também pelos marcadores de sexualidade e classe, agudizando suas experiências de opressão cotidiana, expressadas nos altos índices de violência, de precarização de acesso a direitos básicos e subalternização.

Nesse sentido, esperamos que esse trabalho venha contribuir como forma de reflexão sobre a necessidade de se “enegrecer o feminismo” (CARNEIRO, 2011) deixando para trás a perspectiva de uma mulher universal e ocidental, fazendo deste um movimento mais amplo, que traga para o debate a racialização, visando contemplar as mulheres negras, e não somente elas, mas todas as mulheres, compreendendo suas particularidades e abarcando suas demandas .

Portanto, considerando a mulher negra como parte majoritária integrante da sociedade, faz-se muito importante a luta para que esta possa ser finalmente enxergada como estrutura fundamental e tenha suas especificidades consideradas, principalmente, na formulação das políticas públicas, que por sua vez, precisam ser mais inclusivas e menos excludentes.

Em pleno século XXI, não podemos aceitar que as mulheres negras recebam menos da metade do salário de outros profissionais com a mesma capacitação, mesma função e mesmo nível hierárquico. Ver negros em posição de destaque não poderia ser motivo de tanto impacto. Porém o que devemos fazer é usar o impacto da visibilidade da mulher negra de uma forma positiva, como demonstração da capacidade que ela possui de ascensão profissional e pessoal, assim como qualquer outra pessoa.

Como foi apresentada no decorrer do trabalho, uma mulher negra em cargos de destaque ou de chefia, não significa que ela seja detentora do poder e da autoridade na tomada de decisões finais, mas é importante que esses espaços

sejam ocupados por elas, para que haja representatividade, pois a representatividade gera visibilidade.

Entendemos também a importância do processo social de empoderamento, pois é através dele que se descobre o verdadeiro sentido de se aceitar da forma que a pessoa é. Neste sentido, uma mulher negra empoderada, enxerga seu valor, sua beleza e suas capacidades cognitivas e intelectuais. Com isso ela demonstra uma força e uma capacidade de se destacar e outras mulheres começam também a enxergar suas qualidades. Portanto, isso é o mais importante no empoderamento, é fazer com que o coletivo se empodere, porque não adianta apenas uma mulher se destacar, afinal, o intuito é que as mulheres negras sejam todas empoderadas, informadas e dispostas a lutar por seus direitos e pela igualdade social.

Por fim, queremos ressaltar a importância da realização desse trabalho para nós que fazemos parte desse universo das mulheres negras. Através deste estudo, conseguimos enxergar plenamente nosso lugar dentro da sociedade brasileira, como de compreender a origem do racismo e do machismo presentes em nosso meio. Temos hoje uma consciência da importância do empoderamento coletivo negro, e de como é crucial lutar pela igualdade racial e de gênero, não deixando que as opressões diárias venham nos calar e silenciar nosso grito de luta e liberdade. Sabemos também que, sendo as usuárias das políticas públicas em sua maioria, as mulheres negras, teremos agora mais clareza e autonomia para orientar essas mulheres a buscar seus direitos e sua emancipação.

Portanto, esse Trabalho de Conclusão de Curso trouxe para nós, profissionais em formação, um grande aprendizado pessoal de autovalorização e auto aceitação, assim como agregou imenso valor em nossa formação acadêmica, o que é de extrema utilidade, visto que estamos prestes a começar nossa atuação profissional, e queremos, portanto, fazer isso de uma forma crítica e ética, valorizando as diferenças, em busca de uma sociedade mais igualitária, longe do racismo e das opressões de gênero.

REFERÊNCIAS

AFONSO, D. Escravidão, racismo e capitalismo. **Esquerda Diário**. Agosto de 2015. Disponível em <<http://www.esquerdadiario.com.br/Escravidao-racismo-e-capitalismo>>. Acesso em 15/03/2019.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, S. de S. Violência e Subjetividades. In: **ANAIS** do XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Lima: SELATS, 2001.

ALVES, M. V. O Movimento da mulher negra brasileira: história, tendência e dilemas contemporâneos. **Geledés** - Instituto da Mulher Negra. Março de 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-movimento-da-mulher-negra-brasileira-historia-tendencia-e-dilemas-contemporaneos/>>. Acesso em 16/04/2019.

AMORIM, Daniela. Com crise, desemprego subiu mais entre pretos e pardos, diz IBGE. **Uol**. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/02/22/crise-eleva-proporcao-de-pretos-e-pardos-na-populacao-desempregada-diz-ibge.htm>> . Acesso em 11 /11/2019.

Angela Davis: Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. **El País**, Salvador, 27 de julho de 2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html>. Acesso em 13/11/2019.

ARRAES, J. Feminismo negro: sobre minorias dentro da minoria. **Geledés** - Instituto da Mulher Negra. Fevereiro de 2014. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria-por-jarid-arraes/>>. Acesso em 19/11/19.

BARACAT, E. M.; TRIPPIA, L. M. A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho e as políticas públicas. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 3, n. 32, p. 26-38, jul./ago. 2014. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=9684bb9ec9d68563>>. Acesso em 14/05/2019.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Ed. Pólen, 2019.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e

convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**. Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul./dez., 2015.

CARDOSO, F. Memória e luta política do movimento negro no Brasil. In: **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 73 - 94, jan./jun. 2013. Disponível em <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18256/9497>>. Acesso em 16/09/2019.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 17 n. 49, set./dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em 14/05/2019.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Geledés**: Instituto da Mulher Negra. Março de 2011. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 13/11/2019.

CARNEIRO, S. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. **Revista do observatório Brasil da igualdade de gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CHAVE, M. Sociedade capitalista, racismo e sexismo: a importância da auto crítica feminista. **Blogueiras Negras**. Junho de 2014. Disponível em <<http://blogueirasnegras.org/2014/06/16/sociedade-capitalista-racismo-e-sexismo-a-importancia-da-autocritica-feminista/>>. Acesso em 14/05/2019.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015 [1989].

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, 1/2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em 12/10/2019.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016 [1944].

DINIZ, M. I.; QUEIROZ, F. M. Serviço Social, lutas feministas e violência contra a mulher. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 95-112, jul./dez. 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6437/6143>>. Acesso em 30/05/2019.

ESPAÇO SOCIALISTA. **Capitalismo e a necessidade do racismo**. Agosto de 2014. Disponível em <<http://espacosocialista.org/portal/2014/08/capitalismo-e-a-necessidade-do-racismo/>>. Acesso em 17/05/2019.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura do Brasil. **Revista Ciências Sociais Hoje (ANPOCS)**, p. 223-244, 1984.

GURGEL, T. **Feminismo e lutas de classe**: história, movimento e desafios teórico-político do feminismo na contemporaneidade. Agosto de 2010. Disponível em <<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20DE%20CLASSE.pdf>>. Acesso em 11/05/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Portal do IBGE** - Biblioteca. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html>>. Acesso em 21/06/2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em 20/10/2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2014.

IRACI, N. Mulheres negras nas ruas. Ouçam nossas vozes! **Geledés**: Instituto da Mulher Negra. Novembro de 2017. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-nas-ruas-oucam-nossas-vozes/>>. Acesso em 16/06/2019.

LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 66-75 jan./jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08>>. Acesso em

01/06/2019.

LOPES, J. de C. S. “À Flor da Pele”: memórias de vivências do racismo e do sexismo na infância e na adolescência de assistentes sociais negras catrumanas. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 161 - 192 jan./jun. 2013.

MACHADO, B. A. Pensando a formação do movimento de mulheres negras no Brasil através do conceito de estado ampliado. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's World Congress. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis, 2017. Disponível em <http://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499378611_ARQUIVO_ArtfoFG2017.pdf>. Acesso em 21/06/2019.

MACHADO, M. A.; CAINELLI, M. R. Trabalho escravo no Brasil: do período colonial aos dias atuais. In: Governo do Paraná, Secretaria de Educação. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**: artigos. Versão online, Vol. 1. 2014. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_artigo_marli_aparecida_machado.pdf>. Acesso em 10/06/2019.

MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos Estudos**, 74, março de 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>>. Acesso em 10/06/2019.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimentos sociais**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTEGAL, L. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez, 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0413.pdf>>. Acesso em 10/06/2019.

PEROTONI, C. Eu uso chapinha: o que há por trás disso? In: **ANAIS** do II Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. Agosto de 2014. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/viewFile/9513/6518>>. Acesso em 16/06/2019.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade: categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274. Disponível em <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>>. Acesso em 12/10/2019.

RIBEIRO, D. O que é o empoderamento feminino? **Carta Capital**. setembro de

2017. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/revista/971/o-que-e-o-empoderamento-feminino>>. Acesso em 21/05/2019.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Cia das Letras. 2018.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulação com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, [online]. 2010, vol.22, n.3, pp.445-456. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822010000300005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 06/06/2019.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós- modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, W. C. da S. A mulher negra brasileira. **Revista África e Africanidades**, ano 2, n. 5, maio de 2009. Disponível em <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A_mulher_negra_brasileira.pdf>. Acesso em 11/06/2019.

SILVA, A. P. P. da. **O contrário de “casa grande” não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://objdig.ufrj.br/30/teses/866835.pdf>. Acesso em 16/09/2019.

SILVA, A. P. P. da. O pensamento social de Clóvis Moura: relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro. In: **ANAIS** do 41º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2017. Disponível em <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt28-8>. Acesso em 16/09/2019.

SILVEIRA, D. População que se declara preta cresce 14,9% no Brasil em 4 anos, aponta IBGE. **G1**. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasil-em-4-anos-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em 13 /11/2019.

VALENTE, A. L. E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1994.